

Neste número

I. SECTOR DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	2
1. Emprego nas administrações públicas no quadro do mercado de trabalho e na economia	2
2. Caracterização do emprego nas administrações públicas	5
2.1 Estrutura etária e escolaridade por subsector e ministério	5
2.2 Estrutura etária e escolaridade por cargo, carreira e grupo.....	9
3. Emprego e remunerações por classificação de atividade económica.....	12
4. Trabalhadores em situação de mobilidade especial.....	15
II. ENTIDADES DO SECTOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	16
5. Empresas públicas e demais entidades do sector público	16
6. Estrutura etária nas empresas públicas e demais entidades do sector público	17
7. Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades do sector público	19
8. Remunerações dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades do sector público	20
III. OUTROS INDICADORES	23
9. Distribuição geográfica do emprego nas atividades de educação e saúde	23
10. Distribuição geográfica do emprego nos municípios	25
11. Prestações de serviços em entidades de administração direta e indireta	26
12. Notas técnicas.....	27



Boletim estatístico do emprego público

Editor: Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)

Coordenação: M^a Fernanda Teixeira

Realização: Departamento de Estatística do Emprego Público (DEEP)

Conceção e arranjo gráfico: Elsa Ho

Praça do Comércio,

Ala Oriental, 2.º Piso, 1149 - 005 Lisboa

deep@dgaep.gov.pt

<http://www.dgaep.gov.pt/>

ISSN: 2182-7303



N.º 09
OUTUBRO 2013

- Nova série -

O BOEP – Boletim Estatístico do Emprego Público – é uma publicação semestral através da qual a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) divulga dados, indicadores e análises estatísticas sobre emprego público, no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho. Na nova série do BOEP, a partir do número 07, a informação disponibilizada é complementar da informação de síntese divulgada trimestralmente na SIEP - Síntese Estatística do Emprego Público. Em particular neste número do BOEP é disponibilizado um conjunto de indicadores detalhados de caracterização do emprego público complementar aos dados publicados na SIEP 2.º trimestre 2013.

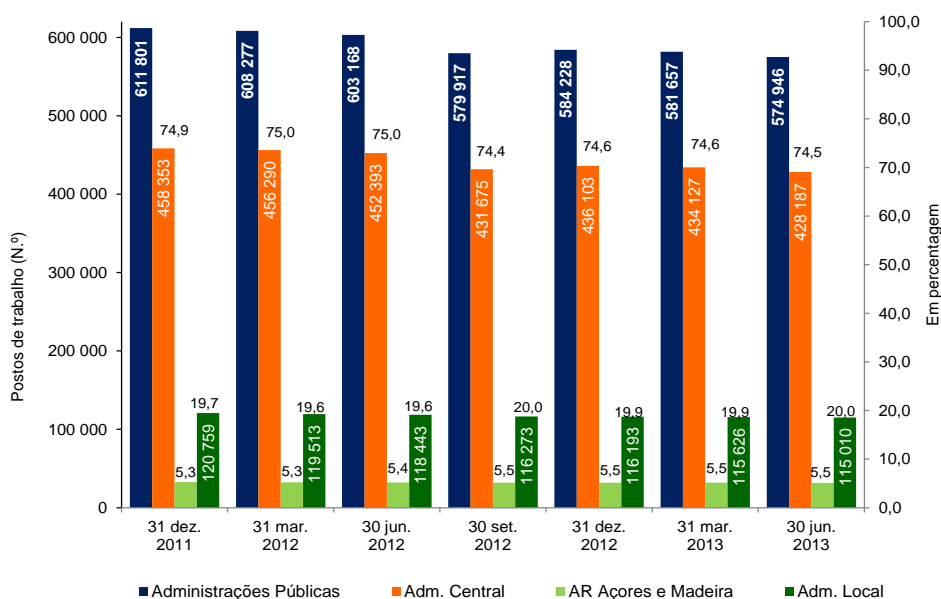
A informação disponibilizada centra-se no universo de entidades que compõem o sector das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional e no conjunto das empresas e demais entidades públicas ou maioritariamente participadas pelo sector público que compõem os subsectores das sociedades financeiras e não financeiras públicas, consistente com o respetivo universo definido pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. O conjunto de dados e indicadores estatísticos de caracterização apresentados utilizam como fonte privilegiada a informação sobre emprego recolhida através do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) da DGAEP, em paralelo com outras fontes produzidas por entidades estatísticas nacionais e internacionais. Em notas técnicas, no final, são apresentadas referências sobre o universo, tratamento e validação dos dados e principais conceitos. A informação estatística mais detalhada é apresentada em *formato Excel*.

I. SECTOR DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

1. Emprego nas administrações públicas no quadro do mercado de trabalho e na economia

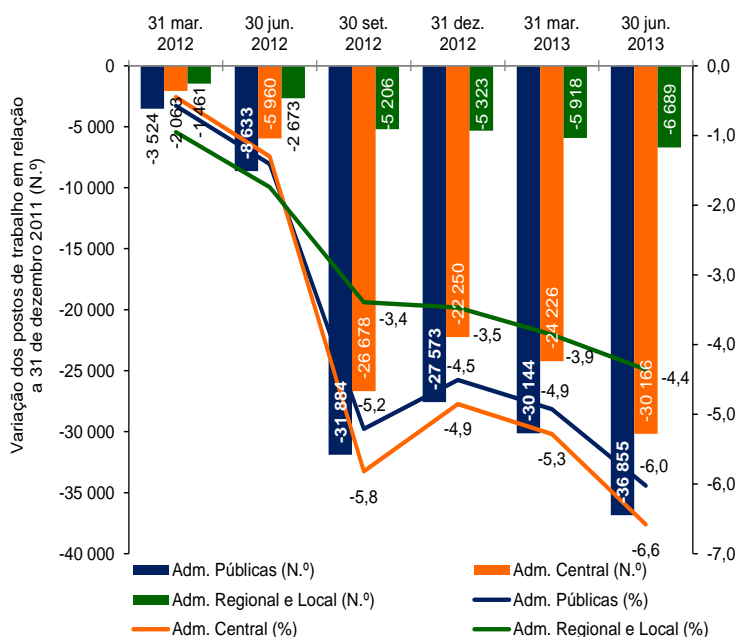
Em 30 de junho de 2013, o emprego nas administrações públicas situava-se nos 574 946 postos de trabalho, o que representa um decréscimo de 6,0% face a 31 de dezembro de 2011 e uma variação negativa de 4,7% em termos homólogos. Para este comportamento contribuiu essencialmente o subsector da administração central que representa 74,5% dos postos de trabalho no sector das administrações públicas (Gráfico 1.1). Considerando a variação acumulada do emprego desde o final de 2011, a diferença mais significativa ocorreu no 3.º trimestre de 2012, entre 30 de junho e 30 de setembro (cerca de menos 23 mil postos de trabalho), refletindo o carácter sazonal do emprego na atividade de educação pela mudança de ano letivo durante este período, em particular com significativa caducidade de contratos a termo de docentes em estabelecimentos de ensino e saída definitiva de trabalhadores (Gráfico 1.2). Por outro lado, nos últimos 18 meses, até 30 de junho de 2013, a reforma/aposentação constituiu o principal motivo de saída de trabalhadores (58,5% das saídas) para o total administrações públicas (Gráfico 1.3).

Gráfico 1.1 Evolução trimestral por subsector do emprego nas administrações públicas



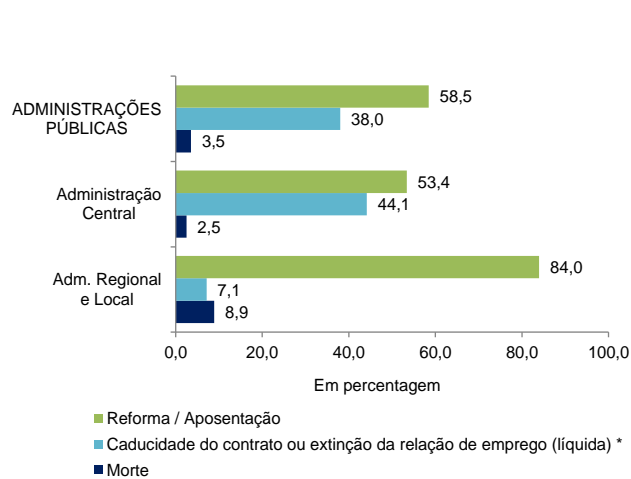
Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios para 30-06-2013); DGAEP/DEEP

Gráfico 1.2 Variação acumulada do emprego nas administrações públicas, face a 31 dezembro 2011



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios para 30-06-2013); DGAEP/DEEP - SIEP 2.ºT 2013

Gráfico 1.3 Principais motivos de saída de trabalhadores das administrações públicas, fluxos acumulados - ano de 2012 e 1.º semestre 2013 -



Nota: (*) Saídas por caducidade de contratos a termo ou extinção da relação jurídica de emprego menos novos contratos a termo

No 2.º trimestre de 2013, em cada 10 trabalhadores que constituem a população ativa portuguesa (empregados e desempregados) 1,07 trabalhava numa entidade das administrações públicas (Quadro 1.1). Este indicador, que tem vindo progressivamente a decrescer em Portugal, apresenta ao longo do ano variações resultantes da sazonalidade do emprego na administração central, em particular, pelo efeito do emprego afeto ao ano escolar (Gráfico 1.4).

Em relação ao índice de participação das mulheres no mercado de trabalho em geral (47,6 %) é de realçar a elevada taxa de participação feminina nas administrações públicas onde, em média, mais de metade dos trabalhadores são mulheres (56,4%) e em particular nas administrações regionais dos Açores (65,1%) e da Madeira (70,5%) (Gráfico 1.5).

O nível de tecnicidade do emprego nas administrações públicas é elevado (47,5%), contabilizando 28,0 p.p. acima do mesmo indicador registado para a população ativa e 27,0 p.p. na população empregada (Gráfico 1.6).

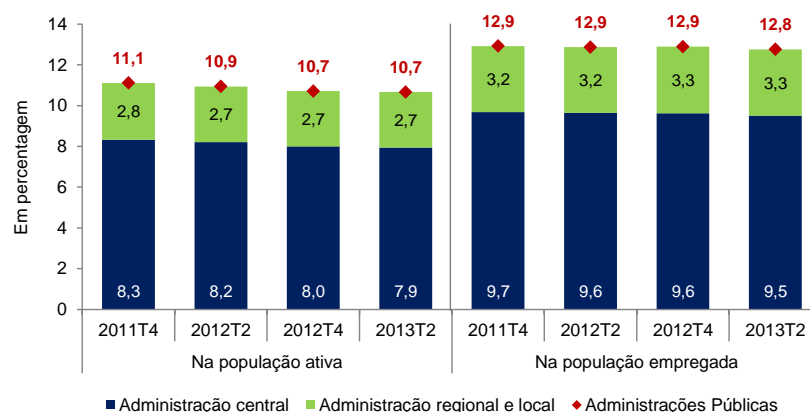
Quadro 1.1 Peso do emprego nas administrações públicas no mercado de trabalho, 2.º trimestre 2013

Unidade: Postos de trabalho	Emprego 30-jun-2013			Peso na população residente (%)			Peso na população ativa (%)			Peso na população empregada (%)		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Administrações públicas (*)	250 499	324 447	574 946	4,9	6,0	5,5	8,9	12,6	10,7	10,6	15,1	12,8
Administração central	173 604	254 583	428 187	3,4	4,7	4,1	6,1	9,9	7,9	7,4	11,9	9,5
Administração regional e local	76 895	69 864	146 759	1,5	1,3	1,4	2,7	2,7	2,7	3,1	3,3	3,3
Administração regional dos Açores	5 202	9 686	14 888	0,1	0,2	0,1	0,2	0,4	0,3	0,2	0,4	0,3
Administração regional da Madeira	4 978	11 883	16 861	0,1	0,2	0,2	0,2	0,5	0,3	0,2	0,5	0,4
Administração local	66 715	48 295	115 010	1,3	0,9	1,1	2,3	1,9	2,1	2,7	2,2	2,5

Fontes: INE - Inquérito ao Emprego 2ºT 2013; DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013); DGAEP/DEEP

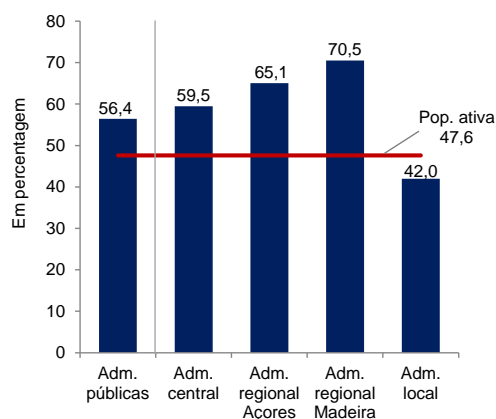
Notas: (*) Dados provisórios; - ver 12. Notas Técnicas

Gráfico 1.4 Evolução do peso do emprego nas administrações públicas na população ativa e na população empregada



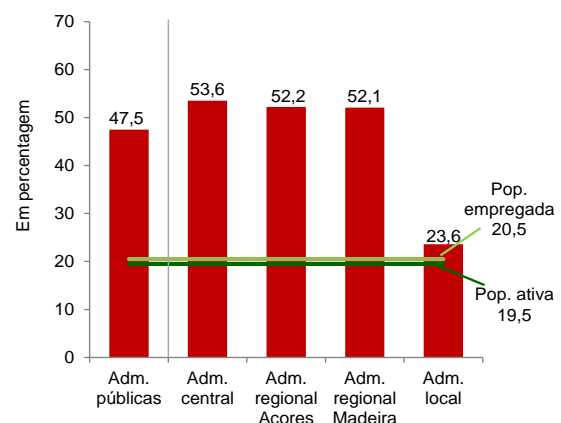
Fontes: INE - Inquérito ao Emprego 2.º T 2013; DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios para 30-06-2013); DGAEP/DEEP

Gráfico 1.5 Taxa de feminização nas administrações públicas e na população ativa, 2.º trimestre 2013



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego 2ºT 2013; DGAEP-SIOE, 30jun2013 (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Gráfico 1.6 Peso dos trabalhadores com ensino superior nas administrações públicas e nas populações ativa e empregada, 2.º trimestre 2013



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego 2ºT 2013; DGAEP-SIOE, 30jun2013 (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Gráfico 1.7 Remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, Portugal e UE, 4.º trimestre 2012 (ano terminado no trimestre)

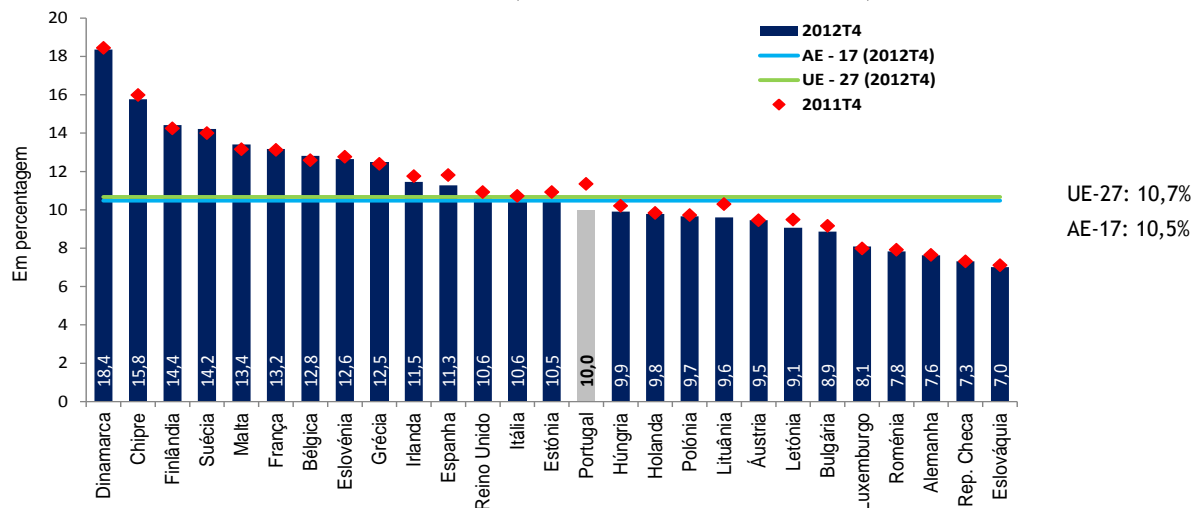
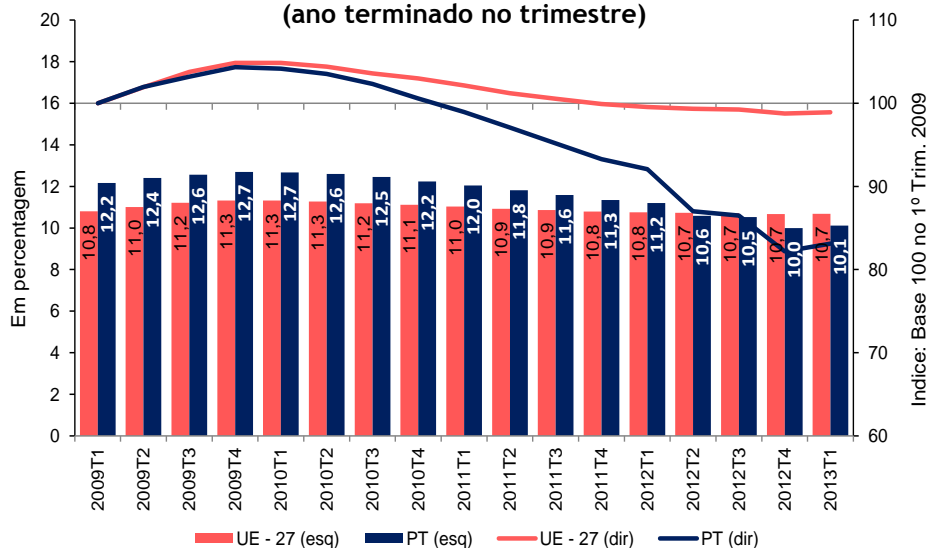


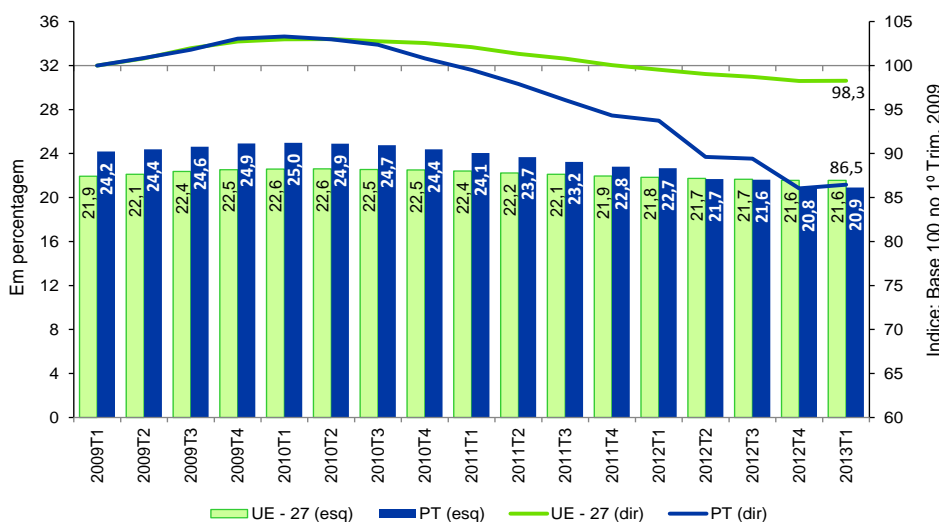
Gráfico 1.8 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem do PIB, em Portugal e na UE (ano terminado no trimestre)



As remunerações das administrações públicas em contas nacionais, no ano terminado no 1.º trimestre de 2013, representavam 10,1% do PIB a preços correntes (contra 11,2 % no período homólogo), situando-se abaixo da média dos países da União Europeia desde o 2.º trimestre de 2012 (Gráficos 1.7 e 1.8).

Entre os primeiros trimestres de 2009 e 2013, Portugal registou uma forte quebra nos rácios das remunerações das administrações públicas no PIB e nas remunerações do total da economia (menos 16,9% e cerca de menos 13,5% respetivamente). Portugal acompanha a tendência de evolução dos países da UE-27 para estes rácios, embora a quebra registada para os conjuntos destes países tenha sido bastante menos acentuada do que no caso português (Gráficos 1.8 e 1.9).

Gráfico 1.9 Evolução das remunerações das administrações públicas em percentagem das remunerações totais, em Portugal e na UE (ano terminado no trimestre)



Fontes (Gráficos 1.7 a 1.9): INE - Contas Trimestrais por Sector Institucional; Eurostat - Contas Trimestrais por Sector Institucional; Médias móveis simples, correspondente ao ano terminado no trimestre; DGAEP/DEEP - ver 12. Notas Técnicas
 Notas: (esq) = escala da esquerda; (dir) = escala da direita

2. Caracterização do emprego nas administrações públicas

2.1 Estrutura etária e escolaridade por subsector e ministério

No final do 2.º trimestre de 2013, 34,9% dos trabalhadores do conjunto das entidades das administrações públicas tinha entre 45 e 54 anos de idade, o escalão modal para todos os níveis de administração, exceto para a administração regional da Madeira em que os trabalhadores pertencem maioritariamente à faixa etária 35-44 anos (Quadro 2.1 e Gráfico 2.1). A idade média estimada para os trabalhadores das administrações públicas é de 45 anos, tendo aumentado 0,7 anos face ao período homólogo. Não considerando as carreiras das Forças Armadas e de Segurança, a idade média dos trabalhadores civis das administrações públicas aumenta para os 46,5 anos de idade (Gráfico 2.2).

Quadro 2.1 Estrutura etária dos trabalhadores por subsector e ministério, 30 junho 2013

Unidade: postos de trabalho

	Total Emprego	Estrutura etária (%)						Total
		Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais	
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	574 946	2,4	13,1	30,7	34,9	18,2	0,7	100,0
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								
(incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Central)	428 187	3,1	13,4	30,4	34,6	17,9	0,6	100,0
Estado	318 380	4,0	13,7	30,1	35,4	16,5	0,4	100,0
Serviços e Fundos Autónomos	92 332	0,4	13,2	31,1	32,7	21,7	1,0	100,0
Fundos de Segurança Social da Administração Central	10 021	0,0	4,5	35,9	30,5	28,6	0,5	100,0
Estado, Serviços e Fundos Autónomos e Fundos Segurança Social	420 733	3,1	13,3	30,4	34,7	17,9	0,6	100,0
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (a)	12 986	0,1	3,9	29,5	41,8	23,8	1,0	100,0
Presidência do Conselho de Ministros	4 589	0,2	6,3	29,6	37,9	25,0	1,1	100,0
Ministério da Administração Interna	47 155	3,3	28,6	36,7	27,3	4,0	0,1	100,0
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	9 753	0,0	2,6	20,1	39,9	36,5	0,9	100,0
Ministério da Defesa Nacional	39 024	27,4	30,7	16,0	19,6	6,0	0,3	100,0
Ministério da Educação e Ciência	215 962	0,3	9,3	31,6	38,7	19,6	0,6	100,0
Ministério da Economia e do Emprego	8 606	0,0	4,0	32,7	37,8	24,6	0,9	100,0
Ministério das Finanças	13 468	0,1	3,6	29,7	39,7	26,4	0,6	100,0
Ministério da Justiça	15 720	0,2	6,9	36,3	41,4	15,1	0,2	100,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	3 248	0,2	10,8	25,6	31,6	27,5	4,3	100,0
Ministério da Saúde	30 322	0,1	18,9	28,6	26,0	25,6	0,9	100,0
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	10 530	0,0	4,4	35,7	30,4	29,0	0,6	100,0
Outras entidades do Sector Empresarial do Estado da AC (b)	9 370	0,5	11,8	36,1	37,1	14,2	0,3	100,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	7 454	1,6	18,4	30,3	32,7	16,5	0,6	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL								
(incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Regional)	146 759	0,5	12,3	31,5	35,6	19,1	1,1	100,0
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	14 888	0,3	14,1	33,2	33,2	18,1	1,1	100,0
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	16 861	0,1	13,5	36,3	34,0	15,5	0,7	100,0
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	115 010	0,5	11,9	30,5	36,1	19,8	1,1	100,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Notas: (a) Inclui tribunais e magistrados; dados não disponíveis para Assembleia da República e Presidência da República; (b) Sector Empresarial inclui todas as unidades empresariais públicas reclassificadas no sector das administrações públicas em contas nacionais.

Gráfico 2.1 Estrutura etária por níveis de administração, 30 junho 2012 e 2013

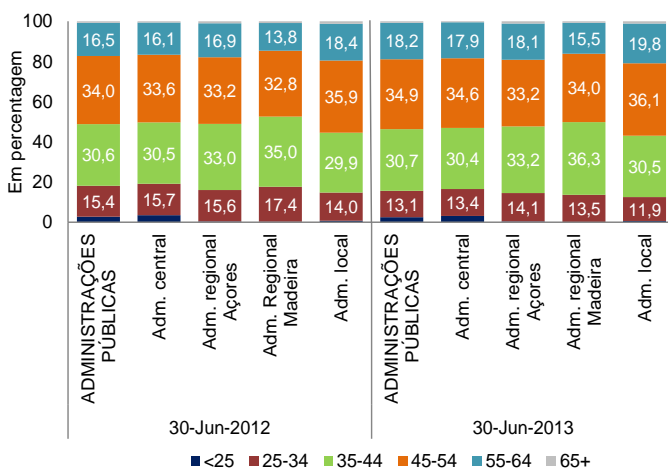
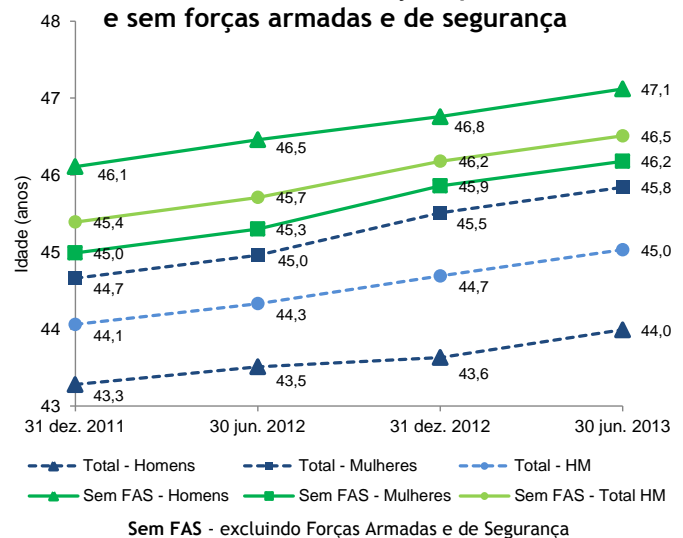


Gráfico 2.2 Idade média estimada dos trabalhadores das administrações públicas, total e sem forças armadas e de segurança

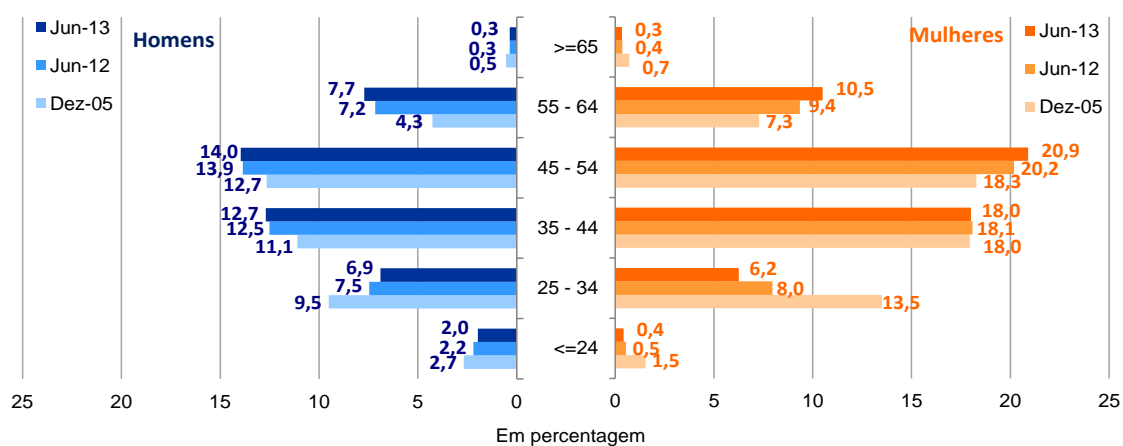


Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios para 30-06-2013); DGAEP/DEEP

Em junho de 2013 face a dezembro de 2005, observa-se uma evolução no mesmo sentido em ambos os sexos na distribuição dos trabalhadores por escalões etários: uma quebra acentuada do número de trabalhadores entre os 25 e os 34 anos, mais evidente no caso das mulheres (menos 7,3 p.p.), em contraponto com o aumento do número de trabalhadores entre os 45 e os 54 anos. Esta evolução reflete o congelamento de novas admissões nas administrações públicas, em particular no último ano (Gráfico 2.3).

A idade média das mulheres nas administrações públicas é superior em 1,8 anos em relação à dos homens, pelo contributo da diferença de idades médias para os dois sexos na administração central (3,5 anos), incluindo as carreiras das Forças Armadas e de Segurança (Quadro 2.2).

Gráfico 2.3 Pirâmide etária dos trabalhadores nas administrações públicas, 31 dezembro 2005, 30 junho 2012 e 30 junho 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios para 30-06-2013); DGAEP/DEEP

Quadro 2.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores por subsector, ministério e sexo, 30 junho 2013

	Idade média estimada (em anos)			Escalão modal (em anos)			Índice de renovação (em número índice) base = 100			Índice de juventude (em número índice) base = 100		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	44,0	45,8	45,0	[45-54]	[45-54]	[45-54]	60,3	19,3	36,6	53,7	36,8	43,7
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança -	47,1	46,2	46,5	[45-54]	[45-54]	[45-54]	11,9	13,3	12,7	31,8	34,4	33,4
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL												
(incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Central) - Total	42,7	46,2	44,7	[35-44]	[45-54]	[45-54]	90,8	19,0	43,9	64,5	33,7	44,7
- Excluindo Forças Armadas e de Segurança -	47,2	46,6	46,8	[45-54]	[45-54]	[45-54]	10,2	11,7	11,2	30,2	30,7	30,5
Estado												
Estado	41,5	46,3	44,3	[35-44]	[45-54]	[45-54]	130,5	18,3	55,2	75,7	31,3	46,8
Serviços e Fundos Autónomos	46,5	45,6	45,9	[45-54]	[45-54]	[45-54]	18,1	22,0	20,4	35,9	41,5	39,3
Fundos de Segurança Social da Administração Central	48,0	47,8	47,9	[35-44]	[35-44]	[35-44]	0,8	1,6	1,4	30,8	26,7	27,5
Estado, Serviços e Fundos Autónomos e Fundos Segurança Social	42,6	46,2	44,8	[35-44]	[45-54]	[45-54]	91,5	18,5	43,9	64,7	33,3	44,6
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (a)	49,1	47,7	48,3	[45-54]	[45-54]	[45-54]	2,1	5,4	4,0	12,9	18,7	16,4
Presidência do Conselho de Ministros	48,1	47,8	47,9	[45-54]	[45-54]	[45-54]	6,1	5,5	5,8	25,5	23,6	24,3
Ministério da Administração Interna	39,2	41,9	39,4	[35-44]	[45-54]	[35-44]	554,4	110,3	397,1	115,7	83,4	111,8
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	51,5	50,1	50,8	[55-64]	[45-54]	[45-54]	0,6	1,2	0,8	9,4	12,6	11,1
Ministério da Defesa Nacional	33,6	38,2	34,5	[25-34]	[25-34]	[25-34]	1 372,3	228,4	754,0	213,4	135,2	194,3
Ministério da Educação e Ciência	46,9	46,3	46,5	[45-54]	[45-54]	[45-54]	10,4	11,3	11,1	32,4	31,6	31,8
Ministério da Economia e do Emprego	48,8	47,6	48,0	[45-54]	[45-54]	[45-54]	1,9	2,1	2,0	19,5	20,4	20,1
Ministério das Finanças	48,4	48,8	48,6	[45-54]	[45-54]	[45-54]	3,6	5,5	4,7	23,7	18,7	20,7
Ministério da Justiça	44,2	47,6	46,0	[35-44]	[45-54]	[45-54]	33,4	4,6	14,6	48,8	19,5	31,7
Ministério dos Negócios Estrangeiros	49,2	47,8	48,3	[45-54]	[45-54]	[45-54]	9,1	10,6	10,0	27,3	30,8	29,4
Ministério da Saúde	46,0	45,3	45,4	[55-64]	[35-44]	[35-44]	26,8	27,5	27,3	53,4	48,9	49,9
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	48,0	47,9	48,0	[35-44]	[35-44]	[35-44]	0,7	1,6	1,4	30,1	26,2	27,0
Outras entidades do Sector Empresarial do Estado da AC (b)	45,3	43,9	44,9	[45-54]	[35-44]	[45-54]	20,5	30,3	23,4	35,3	52,1	40,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	44,6	43,9	44,1	[45-54]	[45-54]	[45-54]	37,8	48,3	45,4	48,3	54,7	52,9
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL												
(incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Regional)	47,0	44,7	45,9	[45-54]	[35-44]	[45-54]	14,3	20,6	16,6	33,9	49,3	40,8
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	46,2	44,9	45,3	[45-54]	[35-44]	[35-44]	13,9	20,6	17,8	39,1	48,5	45,1
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	45,1	44,8	44,9	[35-44]	[35-44]	[35-44]	10,3	14,3	13,0	48,9	48,5	48,6
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	47,2	44,6	46,1	[45-54]	[35-44]	[45-54]	14,6	22,1	16,9	32,5	49,7	39,2

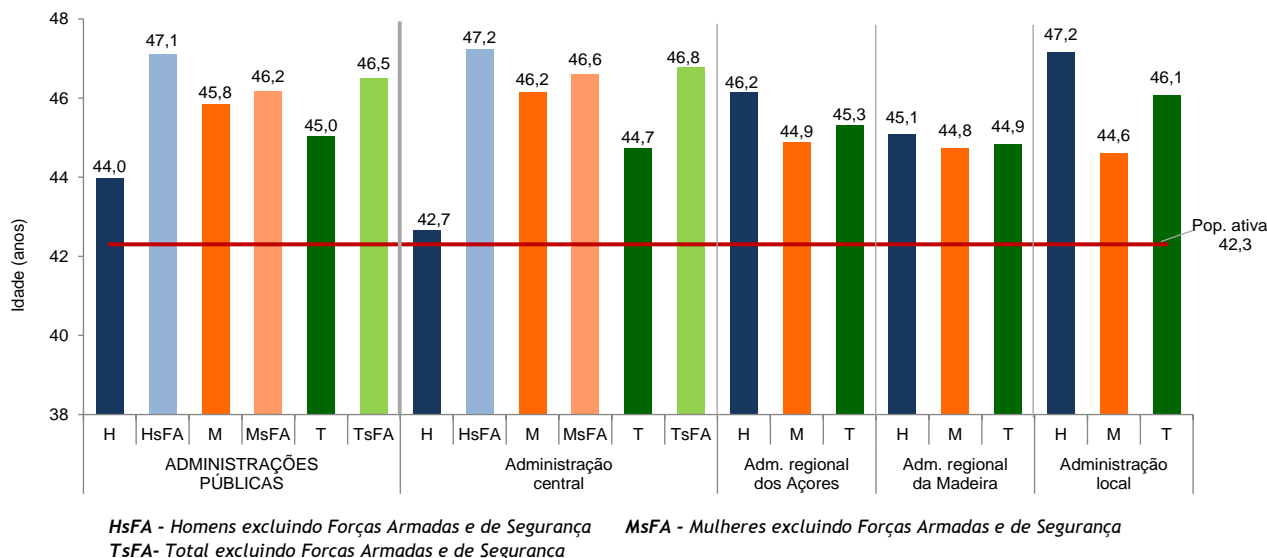
Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Notas: (a) Inclui tribunais e magistrados; dados não disponíveis para Assembleia da República e Presidência da República; (b) Sector Empresarial inclui todas as unidades empresariais públicas reclassificadas no sector das administrações públicas em contas nacionais. Ver também 12. Notas Técnicas - Conceitos

Em todos os subsectores das administrações públicas a idade média estimada (45 anos no global) é superior à da população ativa (42,3 anos), apresentando o valor mais elevado na administração local (Gráfico 2.4).

De realçar que não considerando as carreiras das Forças Armadas e de Segurança, a idade média dos trabalhadores das administrações públicas e da administração central cresce significativamente (46,5 anos e 46,8 anos, respetivamente), por efeito do índice de juventude dos efetivos naquelas carreiras.

Gráfico 2.4 Idade média dos trabalhadores nas administrações públicas (com e sem Forças Armadas e de Segurança) em comparação com a população ativa, 2.º trimestre 2013

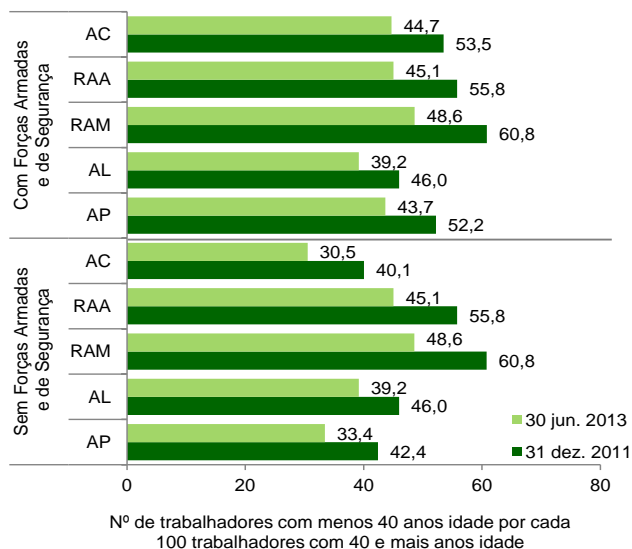


Fontes: INE - Censos 2011 e Inquérito ao Emprego 2.º T 2013 (cálculos DGAEP/DEEP-ver 12. Notas Técnicas); SIOE (dados disponíveis 01-08-2013 e provisórios)

Todos os subsectores das administrações públicas apresentam um índice de juventude inferior a 100, isto é, o número de trabalhadores com menos de 40 anos é inferior ao número de trabalhadores com 40 e mais anos de idade. O indicador é particularmente baixo na administração local para a qual a idade média é também mais elevada: em junho de 2013, por cada 100 trabalhadores com mais de 40 anos existem apenas 39,2 trabalhadores com menos de 40 anos de idade (46,0 para 31 de dezembro de 2011) (Quadro 2.2 e Gráfico 2.5).

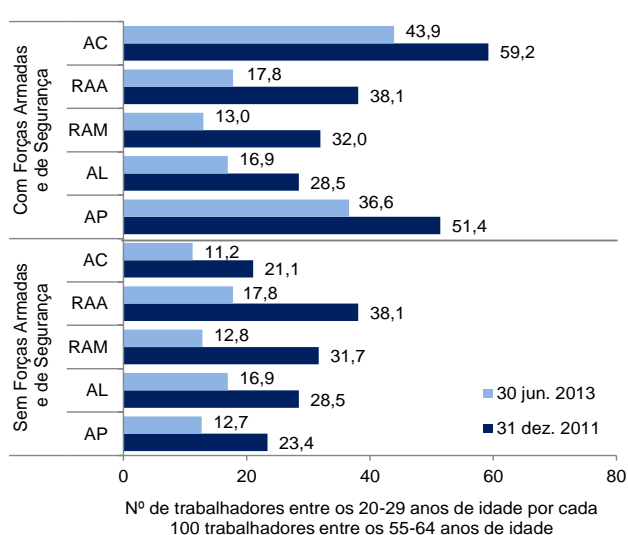
A renovação dos trabalhadores nos subsectores das administrações públicas é reduzida: por cada 100 trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 anos e os 64 anos existem apenas 36,6 com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos. Em 31 de dezembro de 2011, o índice de renovação era de 51,4, o que significa que nos últimos dezoito meses se agravaram as condições de rejuvenescimento nas administrações públicas. Este índice de renovação reduz-se para apenas 12,7 quando excluídos os trabalhadores das Forças Armadas e de Segurança com maior número de jovens (Quadro 2.2 e Gráfico 2.6).

Gráfico 2.5 Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança)



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios para 30-06-2013); DGAEP/DEEP
Notas: Cálculo dos índices - ver 12. Notas Técnicas

Gráfico 2.6 Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas (com e sem forças armadas e de segurança)



O Ministério da Educação e Ciência e o Ministério da Saúde são os de maior concentração de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior: 73,4% e 62,1%, respetivamente. Em termos globais, no sector das administrações públicas quase metade dos trabalhadores possuem ensino superior (47,5% contra apenas 19,5% e 20,5% respetivamente na população ativa e na empregada total). Ainda assim 155,8 mil postos de trabalho (27,1%) das administrações públicas estão ocupados com trabalhadores que possuem apenas o ensino básico, com peso mais significativo na administração local: 50,5% (Quadro 2.3). O nível de tecnicidade das mulheres nas administrações públicas assume um valor bastante acima do verificado para os homens, 56,9% e 35,3% respetivamente (Gráfico 2.7), sendo esse indicador particularmente relevante na administração central (61,5% nas mulheres e 42,0% no caso homens).

Quadro 2.3 Emprego por subsector e ministério segundo o nível de escolaridade, 30 junho 2013

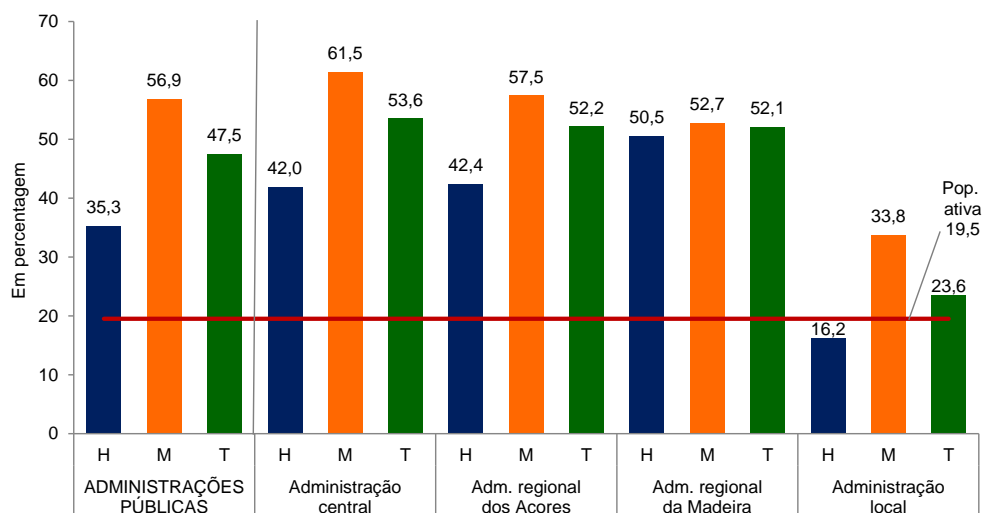
Unidade: postos de trabalho

	Ensino básico		Ensino secundário		Ensino Superior			Total	Estrutura (%)			
	Até ao 2.º ciclo	3.º ciclo	11.º ano	12.º ano ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Mestre e Doutor		Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total	81 340	74 503	29 662	116 444	15 730	217 722	39 545	574 946	27,1	25,4	47,5	100,0
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Central)	33 838	53 602	23 328	88 109	12 935	179 121	37 254	428 187	20,4	26,0	53,6	100,0
Estado	10 491	58 680	19 009	68 213	9 793	137 223	14 971	318 380	21,7	27,4	50,9	100,0
Serviços e Fundos Autónomos	4 095	10 790	3 007	14 985	2 760	34 866	21 829	92 332	16,1	19,5	64,4	100,0
Fundos de Segurança Social da Administração Central	288	970	1 222	3 192	154	3 953	242	10 021	12,6	44,0	43,4	100,0
Estado, Serviços e Fundos Autónomos e Fundos Segurança Social	32 712	52 602	23 238	86 390	12 707	176 042	37 042	420 733	20,3	26,1	53,7	100,0
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes (a)	396	1 294	4 736	1 481	72	4 894	113	12 986	13,0	47,9	39,1	100,0
Presidência do Conselho de Ministros	315	582	245	1 047	77	1 953	370	4 589	19,5	28,2	52,3	100,0
Ministério da Administração Interna	4 782	13 224	5 381	20 282	141	2 531	814	47 155	38,2	54,4	7,4	100,0
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	1 390	1 044	450	1 748	474	4 023	624	9 753	25,0	22,5	52,5	100,0
Ministério da Defesa Nacional	2 865	11 236	2 171	15 335	980	5 653	784	39 024	36,1	44,9	19,0	100,0
Ministério da Educação e Ciência	16 078	15 749	3 010	22 640	7 455	119 493	31 537	215 962	14,7	11,9	73,4	100,0
Ministério da Economia e do Emprego	428	665	519	1 857	203	4 266	668	8 606	12,7	27,6	59,7	100,0
Ministério das Finanças	347	711	1 920	4 229	601	5 403	257	13 468	7,9	45,7	46,5	100,0
Ministério da Justiça	1 481	2 602	1 962	5 419	270	3 777	209	15 720	26,0	47,0	27,1	100,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	355	336	163	584	114	1 513	183	3 248	21,3	23,0	55,7	100,0
Ministério da Saúde	2 544	2 433	1 162	5 346	1 929	15 916	992	30 322	16,4	21,5	62,1	100,0
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	604	771	1 241	3 296	155	4 196	267	10 530	13,1	43,1	43,9	100,0
Outras entidades do Sector Empresarial do Estado da AC (b)	1 127	1 955	278	3 126	236	2 424	224	9 370	32,9	36,3	30,8	100,0
Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Central	1 126	1 000	90	1 719	228	3 079	212	7 454	28,5	24,3	47,2	100,0
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL (incluindo Fundos de Seg. Social da Administração Regional)	47 502	20901	6334	28335	2795	38601	2291	146 759	46,6	23,6	29,8	100,0
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	3 470	1 614	653	1 379	514	6 990	268	14 888	34,1	13,6	52,2	100,0
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	3 700	1 489	598	2 292	482	7 854	446	16 861	30,8	17,1	52,1	100,0
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	40 332	17 798	5 083	24 664	1 799	23 757	1 577	115 010	50,5	25,9	23,6	100,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Notas: (a) Inclui tribunais e magistrados; dados não disponíveis para Assembleia da República e Presidência da República; (b) Sector Empresarial inclui todas as unidades empresariais públicas reclassificadas no sector das administrações públicas em contas nacionais.

Gráfico 2.7 Peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior nas administrações públicas e na população ativa por sexo, 2.º trimestre de 2013



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego 2.º T 2013; DGAEP-SIOE, 30jun2013 (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

2.2 Estrutura etária e escolaridade por cargo, carreira e grupo

No total das administrações públicas, os médicos constituem a carreira que concentra maior número de trabalhadores no escalão etário dos 55 aos 64 anos: 46,7% (Quadro 2.4). As carreiras das Forças Armadas, polícia municipal, bombeiro e Forças Segurança são as que apresentam o maior número de trabalhadores com idades inferiores a 40 anos, sendo as carreiras das Forças Segurança as que têm a menor diferença entre o número de trabalhadores com idade inferior e superior a 40 anos (Gráfico 2.8).

Quadro 2.4 Estrutura etária dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo, 30 de junho 2013

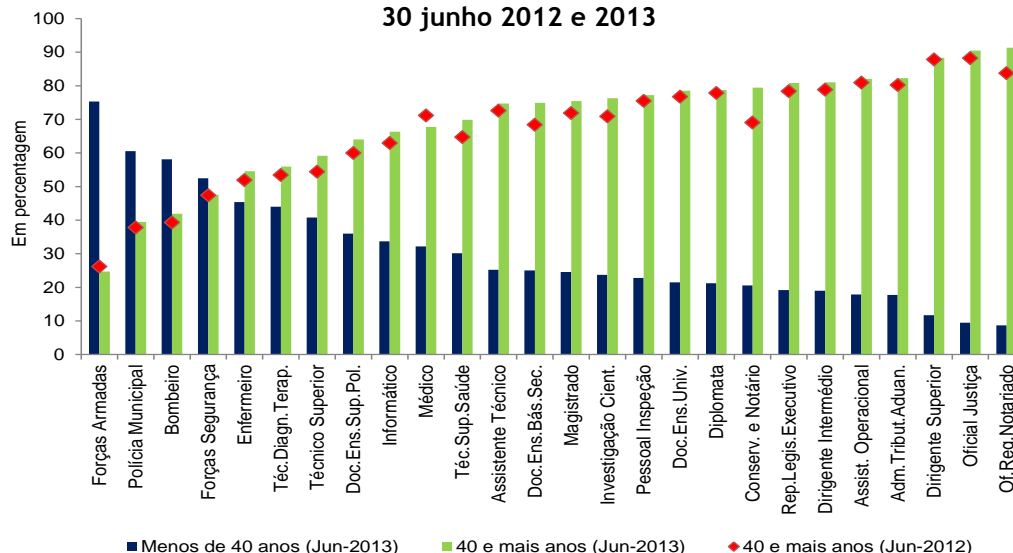
Unidade: Em percentagem

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total							ADMINISTRAÇÃO CENTRAL							ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL						
	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais	Total	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais	Total	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais	Total
Total	2,4	13,1	30,7	34,9	18,2	0,7	100,0	3,1	13,4	30,4	34,6	17,9	0,6	100,0	0,5	12,3	31,5	35,6	19,1	1,1	100,0
Representante do poder legislativo (a)	0,1	7,3	26,0	30,1	26,6	9,9	100,0	0,0	3,6	25,0	48,2	21,4	1,8	100,0	0,1	7,4	26,1	29,7	26,7	10,1	100,0
Dirigente superior	0,0	2,8	21,9	38,5	32,6	4,1	100,0	0,0	1,6	19,4	40,8	33,8	4,4	100,0	0,0	5,5	27,3	33,5	30,3	3,5	100,0
Dirigente intermédio	0,0	3,2	39,0	37,5	19,9	0,5	100,0	0,0	2,6	37,1	37,7	21,9	0,6	100,0	0,0	4,0	42,0	37,0	16,7	0,2	100,0
Técnico Superior	0,2	17,4	43,3	25,5	13,2	0,3	100,0	0,3	16,3	39,3	27,6	16,1	0,4	100,0	0,1	19,0	48,8	22,6	9,2	0,2	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	0,3	9,9	30,8	36,8	21,7	0,5	100,0	0,2	8,3	28,6	35,4	27,0	0,5	100,0	0,3	12,3	34,1	38,7	14,2	0,4	100,0
Assist. operacional/operer./auxiliar (c)	0,5	7,6	22,0	40,6	27,7	1,5	100,0	0,4	7,0	22,7	40,4	27,9	1,5	100,0	0,6	8,1	21,3	40,9	27,5	1,6	100,0
Informático	0,3	12,6	41,5	31,5	13,9	0,2	100,0	0,1	7,7	39,8	32,8	19,4	0,2	100,0	0,6	20,2	44,2	29,5	5,3	0,1	100,0
Magistrado	0,0	7,5	36,8	31,3	22,7	1,7	100,0	0,0	7,5	36,8	31,3	22,7	1,7	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Diplomata	0,0	11,0	24,1	33,1	22,9	8,8	100,0	0,0	11,0	24,1	33,1	22,9	8,8	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal de Investigação Científica	0,3	7,2	35,3	34,8	21,6	0,9	100,0	0,3	7,2	35,2	34,8	21,5	0,9	100,0	0,0	0,0	50,0	0,0	50,0	0,0	100,0
Docente Ensino Universitário	0,9	9,2	27,4	37,3	22,9	2,4	100,0	0,9	9,2	27,4	37,3	22,9	2,4	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Docente Ensino Superior Politécnico	0,7	16,7	37,4	31,7	12,7	0,9	100,0	0,7	16,7	37,4	31,7	12,7	0,9	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Educ. Infância e Doc. E. Básico/Secund	0,1	8,9	34,5	39,2	17,0	0,2	100,0	0,1	7,9	33,5	40,5	17,8	0,2	100,0	0,1	19,7	44,5	26,5	8,9	0,2	100,0
Pessoal de Inspeção	0,0	6,6	35,6	34,2	23,0	0,5	100,0	0,0	6,3	35,6	34,0	23,8	0,4	100,0	0,0	9,0	35,8	36,3	17,4	1,5	100,0
Médico	0,1	25,8	12,0	13,7	46,7	1,7	100,0	0,1	25,7	12,0	13,7	46,9	1,7	100,0	0,0	35,3	14,3	12,0	36,1	2,3	100,0
Enfermeiro	0,4	26,6	36,8	29,1	6,9	0,2	100,0	0,4	25,6	37,2	29,5	7,0	0,1	100,0	0,0	43,3	30,4	20,8	4,7	0,8	100,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	0,9	25,1	36,2	22,9	14,5	0,4	100,0	1,0	24,4	37,6	22,0	14,6	0,4	100,0	0,0	32,3	21,6	31,7	13,8	0,6	100,0
Técnico Superior de Saúde	0,1	10,7	43,1	32,2	13,3	0,4	100,0	0,2	10,8	43,0	32,7	12,9	0,5	100,0	0,0	8,3	50,0	8,3	33,3	0,0	100,0
Administração Tributária e Aduaneira	0,0	3,2	31,2	41,3	24,3	0,1	100,0	0,0	2,7	31,2	41,5	24,4	0,1	100,0	0,0	25,8	28,7	27,5	18,0	0,0	100,0
Conservador e Notário	0,0	0,0	42,9	34,4	22,2	0,5	100,0	0,0	0,0	42,6	34,7	22,2	0,5	100,0	0,0	0,0	57,1	21,4	21,4	0,0	100,0
Oficial dos Registos e do Notariado	0,0	0,7	25,0	56,5	17,8	0,0	100,0	0,0	0,6	24,6	56,9	17,9	0,0	100,0	0,0	5,6	42,6	38,0	13,9	0,0	100,0
Oficial de Justiça	0,1	2,0	27,7	47,1	22,8	0,2	100,0	0,1	2,0	27,7	47,1	22,8	0,2	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Forças Armadas	32,8	35,1	14,8	16,3	1,1	0,0	100,0	32,8	35,1	14,8	16,3	1,1	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-
Forças de segurança	3,0	27,6	38,3	27,5	3,5	0,1	100,0	3,0	27,6	38,3	27,5	3,5	0,1	100,0	0,0	15,4	34,6	41,0	9,0	0,0	100,0
Bombeiro	5,4	29,8	40,3	22,2	2,2	0,1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	5,4	29,8	40,3	22,2	2,2	0,1	100,0
Polícia Municipal (d)	0,8	29,1	41,5	25,1	3,6	0,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	0,8	29,1	41,5	25,1	3,6	0,0	100,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Notas: (a) inclui representantes do poder legislativo e de órgãos executivos; (b) inclui pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros - administrativo; (c) inclui pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros - operacional e aprendizes e praticantes; (d) inclui pessoal da carreira especial da Polícia de Segurança Pública (PSP) integrada na Polícia Municipal.

Gráfico 2.8 Distribuição do peso dos trabalhadores com menos de 40 anos e com 40 e mais anos, 30 junho 2012 e 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios para 30-06-2013); DGAEP/DEEP

Apenas os trabalhadores inseridos nas carreiras das Forças Armadas têm como escalão modal dos 25 aos 34 anos em oposição aos médicos para os quais o escalão de maior frequência é dos 55 aos 64 anos. Os dirigentes superiores e os representantes do poder legislativo apresentam a idade média estimada mais elevada, acima dos 50 anos de idade. De relevar as diferenças das idades médias entre homens e mulheres nas carreiras de magistrado diplomata, médico e conservador e notário (Quadro 2.5 e Gráfico 2.9).

Quadro 2.5 Principais indicadores etários dos trabalhadores nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo e por sexo, 30 junho 2013

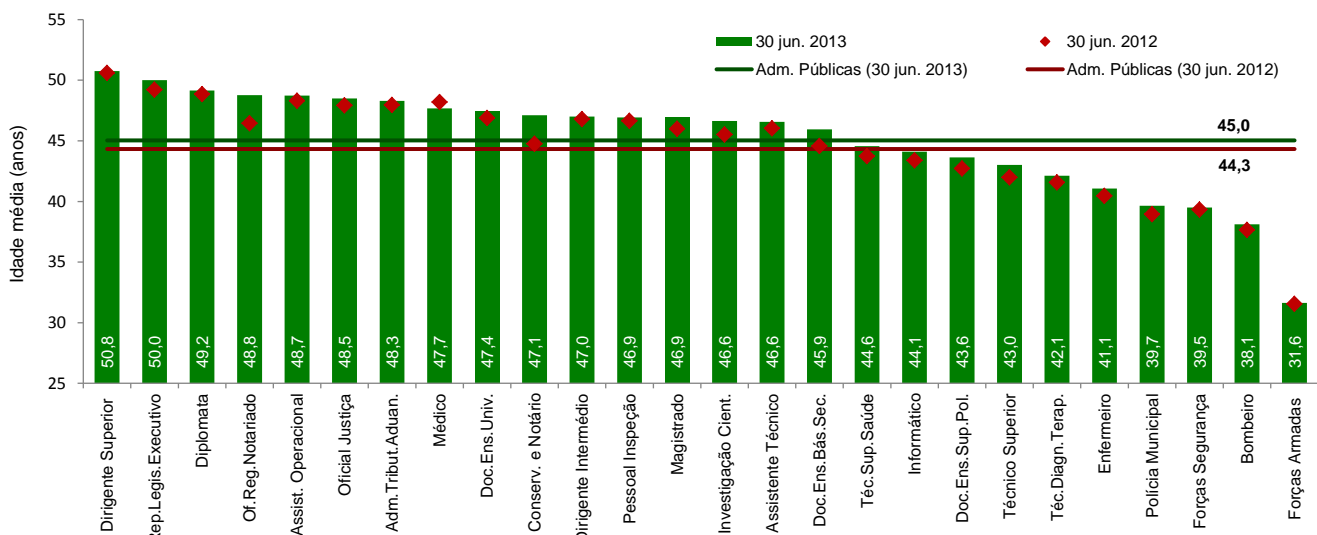
CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total											
	Idade média estimada (em anos)			Escalão modal (em anos)			Índice de renovação (em número índice) base = 100			Índice de juventude (em número índice) base = 100		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Total incluindo Forças Armadas e de Segurança	44,0	45,8	45,0	[45-54]	[45-54]	[45-54]	60,3	19,3	36,6	53,7	36,8	43,7
Total excluindo Forças Armadas e de Segurança	47,1	46,2	46,5	[45-54]	[45-54]	[45-54]	11,9	13,3	12,7	31,8	34,4	33,4
Representantes do poder legislativo (a)	51,2	45,6	50,0	[45-54]	[35-44]	[45-54]	3,2	22,1	5,9	18,7	46,5	23,7
Dirigente superior	51,3	49,6	50,8	[45-54]	[45-54]	[45-54]	2,0	0,0	1,5	12,0	16,0	13,2
Dirigente intermédio	48,0	46,2	47,0	[45-54]	[35-44]	[35-44]	0,6	1,1	0,8	20,5	26,0	23,4
Técnico Superior	44,4	42,3	43,0	[35-44]	[35-44]	[35-44]	18,3	37,7	28,2	58,5	74,9	68,9
Assistente técnico/administrativo (b)	46,1	46,7	46,6	[45-54]	[45-54]	[45-54]	16,3	10,3	12,0	39,2	31,8	33,8
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	48,9	48,6	48,7	[45-54]	[45-54]	[45-54]	9,3	10,1	9,7	21,2	22,4	21,8
Informático	42,7	47,2	44,1	[35-44]	[45-54]	[35-44]	33,0	4,6	20,1	69,3	22,3	50,8
Magistrado	50,6	44,2	46,9	[55-64]	[35-44]	[35-44]	0,3	3,1	1,3	15,1	49,2	32,5
Diplomata	50,9	44,9	49,2	[45-54]	[35-44]	[45-54]	7,2	25,0	9,9	20,1	47,8	27,0
Pessoal de Investigação Científica	46,6	46,7	46,6	[35-44]	[45-54]	[35-44]	12,8	8,9	10,8	33,8	28,5	31,0
Docente Ensino Universitário	48,2	46,3	47,4	[45-54]	[45-54]	[45-54]	13,6	18,8	15,5	23,2	33,6	27,3
Docente Ensino Superior Politécnico	44,5	42,7	43,6	[35-44]	[35-44]	[35-44]	28,4	63,1	41,7	47,7	66,7	56,2
Educ. Infância e Doc. E. Básico/Secund.	46,2	45,9	45,9	[35-44]	[45-54]	[45-54]	6,7	7,0	6,9	35,7	32,7	33,4
Pessoal de Inspeção	48,4	45,5	46,9	[45-54]	[35-44]	[35-44]	0,8	2,4	1,3	25,5	33,8	29,5
Médico	50,5	46,0	47,7	[55-64]	[55-64]	[55-64]	18,1	39,0	29,8	31,4	58,9	47,5
Enfermeiro	40,7	41,1	41,1	[35-44]	[35-44]	[35-44]	152,2	132,3	135,2	94,8	81,3	83,1
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	44,2	41,6	42,1	[35-44]	[35-44]	[35-44]	42,2	80,6	68,5	63,6	82,8	78,6
Técnico Superior de Saúde	45,0	44,5	44,6	[35-44]	[35-44]	[35-44]	6,7	5,4	5,6	32,1	45,4	43,2
Administração Tributária e Aduaneira	48,3	48,3	48,3	[35-44]	[45-54]	[45-54]	2,0	6,3	4,1	23,2	20,3	21,6
Conservador e Notário	50,3	46,5	47,1	[55-64]	[35-44]	[35-44]	0,0	0,0	0,0	13,5	28,6	25,9
Oficial dos Registos e do Notariado	48,4	48,8	48,8	[45-54]	[45-54]	[45-54]	0,0	0,0	0,0	11,5	9,1	9,5
Oficial de Justiça	48,0	48,8	48,5	[45-54]	[45-54]	[45-54]	4,0	6,9	5,9	11,4	9,9	10,5
Forças Armadas	32,3	27,3	31,6	[25-34]	[25-34]	[25-34]	4 183,2	-	5 000,6	260,4	2 805,0	305,0
Forças de segurança	39,6	38,5	39,5	[35-44]	[35-44]	[35-44]	414,1	543,0	424,1	108,5	133,8	110,4
Bombeiro	38,2	37,4	38,1	[35-44]	[35-44]	[35-44]	755,3	800,0	756,3	137,2	200,0	138,8
Polícia Municipal (d)	40,9	35,2	39,6	[35-44]	[35-44]	[35-44]	119,0	-	169,0	111,2	789,7	153,4

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Notas: Ver também notas Quadro 2.4 e capítulo 12. Notas técnicas relativas a tratamento dos dados.

" - " Valor sem expressão estatística dada a relação muito elevada entre o numerador e o denominador - Ver 12. Notas Técnicas relativas a conceitos

Gráfico 2.9 Idade média estimada dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2012 e 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios para 30-06-2013); DGAEP/DEEP

Em 30 de junho de 2013, metade das carreiras consideradas englobam trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior acima dos 90,0%, destacando-se magistrados, diplomatas, pessoal de investigação científica, médicos e conservadores e notários (100,0%); em contrapartida, assistentes operacionais, operários e auxiliares, um dos grupos com maior representatividade no emprego nas administrações públicas, detêm 79,0% dos trabalhadores com o ensino básico (Quadro 2.6). As carreiras de investigação científica e de docente do ensino superior universitário são as que apresentam um maior peso de doutorados em relação às restantes carreiras com trabalhadores qualificados com níveis de ensino superior, 84,6% e 71,3%, respetivamente (Gráfico 2.10).

Quadro 2.6 Emprego por cargo, carreira e grupo segundo o nível de escolaridade, 30 de junho 2013

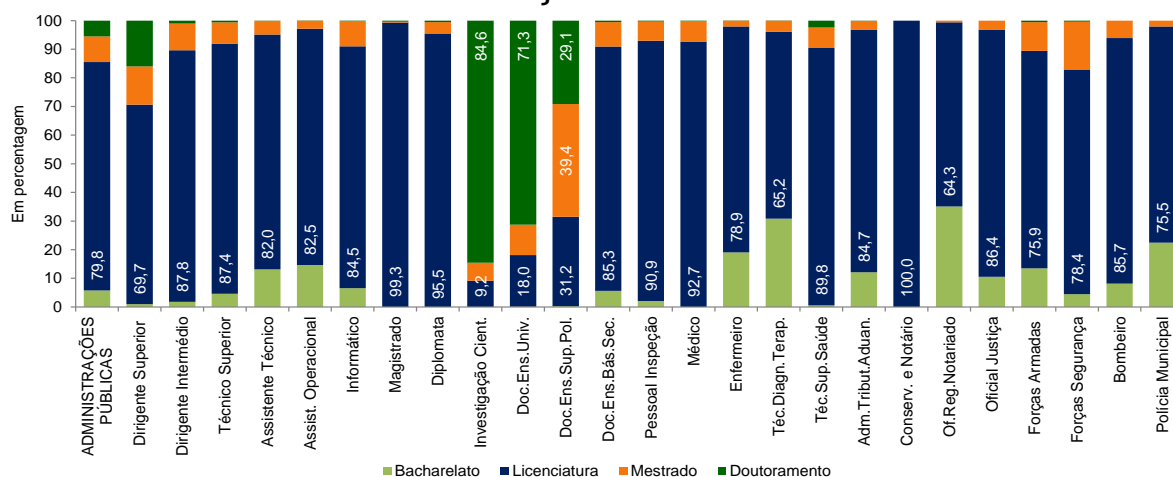
Unidade: postos de trabalho

CARGO / CARREIRA / GRUPO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total											
	Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior			Total	Estrutura (%)			
	Até ao 2.º ciclo	3.º ciclo	11.º ano	12.º ano ou equiv.	Bachar.	Licenc.	Mestre e Doutor		Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
Total	81 340	74 503	29 662	116 444	15 730	217 722	39 545	574 946	27,1	25,4	47,5	100,0
Representantes do poder legislativo (a)	314	367	90	515	119	1 241	92	2 738	24,9	22,1	53,0	100,0
Dirigente superior	1	10	9	21	12	853	359	1 265	0,9	2,4	96,8	100,0
Dirigente intermédio	10	98	133	412	144	7 040	832	8 669	1,2	6,3	92,5	100,0
Técnico Superior	38	305	317	1 538	2 237	42 560	3 909	50 904	0,7	3,6	95,7	100,0
Assistente técnico/administrativo (b)	3 017	13 493	9 655	43 984	1 200	7 485	444	79 278	20,8	67,7	11,5	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	71 006	32 051	3 537	22 285	236	1 330	46	130 491	79,0	19,8	1,2	100,0
Informático	12	163	396	1 961	130	1 683	179	4 524	3,9	52,1	44,0	100,0
Magistrado	0	0	0	0	0	3 846	27	3 873	0,0	0,0	100,0	100,0
Diplomata	0	0	0	0	0	337	16	353	0,0	0,0	100,0	100,0
Pessoal de Investigação Científica	0	0	0	0	0	138	1 365	1 503	0,0	0,0	100,0	100,0
Docente Ensino Universitário	0	0	0	42	12	2 471	11 240	13 765	0,0	0,3	99,7	100,0
Docente Ensino Superior Politécnico	7	4	1	55	26	2 818	6 200	9 111	0,1	0,6	99,3	100,0
Educ. Infância e Doc. E. Básico/Secund.	10	97	23	604	7 665	116 318	12 398	137 115	0,1	0,5	99,5	100,0
Pessoal de Inspeção	7	47	90	151	28	1 234	96	1 653	3,3	14,6	82,2	100,0
Médico	0	0	0	0	0	6 984	553	7 537	0,0	0,0	100,0	100,0
Enfermeiro	32	84	88	564	1 558	6 452	168	8 946	1,3	7,3	91,4	100,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	19	58	42	152	525	1 109	67	1 972	3,9	9,8	86,3	100,0
Técnico Superior de Saúde	0	0	0	1	4	601	64	670	0,0	0,1	99,9	100,0
Administração Tributária e Aduaneira	19	322	1 641	3 163	549	3 838	143	9 675	3,5	49,7	46,8	100,0
Conservador e Notário	0	0	0	0	0	662	0	662	0,0	0,0	100,0	100,0
Oficial dos Registos e do Notariado	69	585	911	2 334	170	311	3	4 383	14,9	74,0	11,0	100,0
Oficial de Justiça	66	1 095	4 744	1 181	61	500	18	7 665	15,1	77,3	7,6	100,0
Forças Armadas	801	9 868	1 829	13 791	858	4 820	672	32 639	32,7	47,9	19,5	100,0
Forças de segurança	5 419	14 705	5 948	22 337	170	2 975	649	52 203	38,5	54,2	7,3	100,0
Bombeiro	397	977	113	635	4	42	3	2 171	63,3	34,5	2,3	100,0
Polícia Municipal (d)	96	174	95	718	22	74	2	1 181	22,9	68,8	8,3	100,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Notas: Ver também notas do Quadro 2.4.

Gráfico 2.10 Distribuição por grau de escolaridade dos trabalhadores com nível de ensino superior, 30 de junho 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

3. Emprego e remunerações por classificação de atividade económica

Segundo os dados em 30 de junho de 2013, 90,9% do emprego nas administrações públicas concentra-se nas atividades de “Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória” (Secção O) e de “Educação” (Secção P) (Gráfico 3.1). A maior contribuição para a quebra do emprego nas administrações públicas deve-se à atividade económica “Educação” (Secção P) devido ao peso que esta representa no total do emprego (acima de 40%). O emprego no subsector da administração central apresenta uma variação negativa de 5,4% entre junho de 2012 e o mesmo mês de 2013 (Quadro 3.1 e Gráfico 3.2).

Quadro 3.1 Emprego nas administrações públicas por classificação de atividade económica (CAE), 31 dezembro 2011, 30 junho 2012 e 30 junho 2013

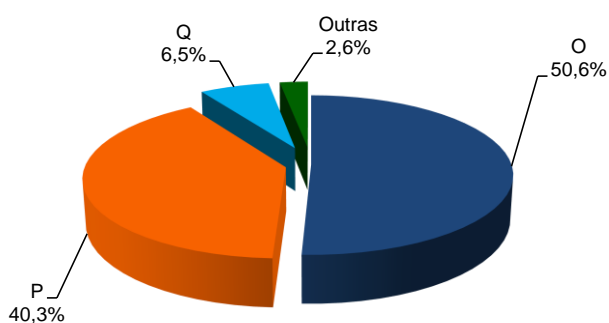
Unidade: postos de trabalho

Secção	CAE rev.3	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total						ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				ADMINIST. REGIONAL E LOCAL			
		31 dez 2011	30 jun 2012	30 jun 2013 (p)	Var. homóloga junho		31 dez 2011	30 jun 2012	30 jun 2013 (p)	V.H. junho	31 dez 2011	30 jun 2012	30 jun 2013 (p)	V.H. junho	
		N.º	N.º	N.º	N.º	%	N.º	N.º	N.º	%	N.º	N.º	N.º	%	
	Total	611 801	603 168	574 946	-28 222	-4,7	458 353	452 393	428 187	-5,4	153 448	150 775	146 759	-2,7	
C+D+ E+F	Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção	726	757	732	-25	-3,3	611	603	571	-5,3	115	154	161	4,6	
H	Transportes e armazenagem	4 826	4 736	4 263	-473	-10,0	4 501	4 409	4 209	-4,5	325	327	54	-83,5	
G+L+ N+S	Comércio por grosso e a retalho; Ativ. imobiliárias; administrativas; Outras ativ. de serviços	1 273	1 238	1 238	0	0,0	45	47	51	8,5	1 228	1 191	1 187	-0,3	
J	Atividades de informação e de comunicação	2 354	2 319	2 020	-299	-12,9	2 281	2 246	1 949	-13,2	73	73	71	-2,7	
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4 068	4 455	3 656	-799	-17,9	3 777	4 113	3 416	-17,0	291	342	240	-29,8	
O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	305 664	301 583	291 285	-10 298	-3,4	174 671	173 115	166 618	-3,8	130 993	128 468	124 667	-3,0	
das quais:	Administração pública em geral, económica e social	173 821	170 278	166 561	-3 717	-2,2	44 372	43 346	43 348	0,0	129 449	126 932	123 213	-2,9	
das quais:	Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	119 605	119 195	113 074	-6 121	-5,1	119 512	119 103	112 986	-5,1	93	92	88	-4,4	
das quais:	Atividades de segurança social obrigatória	12 238	12 110	11 650	-460	-3,8	10 787	10 666	10 284	-3,6	1 451	1 444	1 366	-5,4	
P	Educação	248 804	245 283	231 515	-13 768	-5,6	231 515	228 153	214 291	-6,1	17 289	17 130	17 224	0,6	
das quais:	Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	209 251	206 159	191 630	-14 529	-7,1	192 516	189 601	175 017	-7,7	16 735	16 558	16 613	0,3	
das quais:	Ensino superior	36 294	35 897	36 736	839	2,3	36 294	35 897	36 736	2,3	0	0	0	-	
das quais:	Outras atividades educativas	3 259	3 227	3 149	-78	-2,4	2 705	2 655	2 538	-4,4	554	572	611	6,8	
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	40 741	39 513	37 115	-2 398	-6,1	39 001	37 804	35 432	-6,3	1 740	1 709	1 683	-1,5	
das quais:	Atividades de saúde humana	30 027	28 783	28 304	-479	-1,7	28 301	27 088	26 635	-1,7	1 726	1 695	1 669	-1,5	
das quais:	Ativ. de apoio social com e sem alojamento	10 714	10 730	8 811	-1 919	-17,9	10 700	10 716	8 797	-17,9	14	14	14	0,0	
R	Atividades artísticas, de espetáculos, desport. e recreat.	3 345	3 284	3 122	-162	-4,9	1 951	1 903	1 650	-13,3	1 394	1 381	1 472	6,6	
das quais:	Ativ. de teatro, música, dança, outras artísticas e literár.	802	790	713	-77	-9,8	469	460	446	-3,0	333	330	267	-19,1	
das quais:	Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 627	1 585	1 344	-241	-15,2	1 459	1 419	1 177	-17,1	168	166	167	0,6	
das quais:	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	916	909	1 065	156	17,2	23	24	27	12,5	893	885	1 038	17,3	

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios para 30-06-2013); DGAEP/DEEP

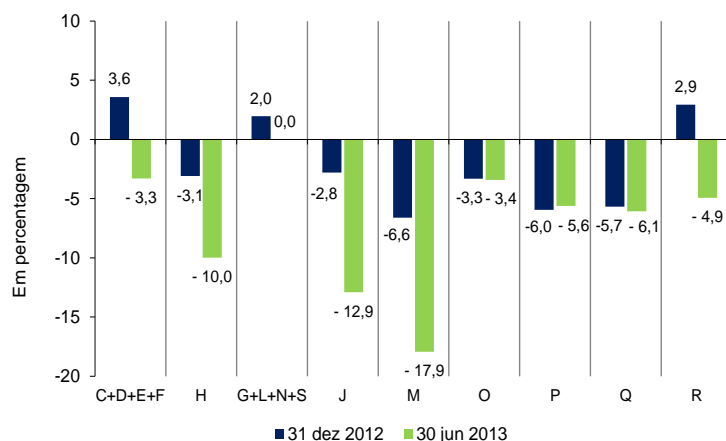
Nota: (p) dados provisórios; V.H. - variação homóloga

Gráfico 3.1 Estrutura do emprego nas administrações públicas por CAE, 30 junho 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Gráfico 3.2 Variações homólogas do emprego no sector das administrações públicas por CAE



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios para 30-06-2013); DGAEP/DEEP

Os trabalhadores em funções nas entidades classificadas em “Atividades de informação e comunicação” (Secção J), “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” (Secção M) e “Educação” (Secção P) apresentam as remunerações base e os ganhos médios mensais mais elevados, com valores acima da média. Entre outubro de 2012 e abril de 2013, tendo em conta o peso da “Educação” (Secção P) no emprego das administrações públicas, é relevante a diminuição da remuneração base média mensal e do ganho médio mensal nesta atividade económica (1,0% e 0,9%, respetivamente) (Quadro 3.2 e Gráfico 3.3).

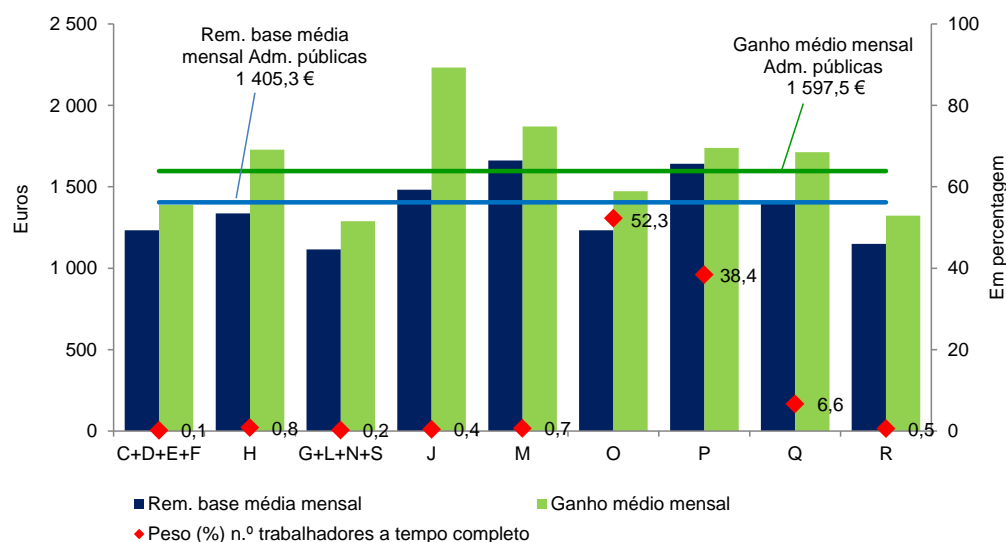
Quadro 3.2 Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo, segundo a CAE - outubro 2012 e abril 2013

Unidade: euros		ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - Total						ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				ADMIN. REGIONAL E LOCAL			
Secção	CAE rev.3 Designação	Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal			Remuner. base média mensal		Ganho médio mensal		Remuner. base média mensal		Ganho médio mensal	
		outubro 2012	abril 2013 (p)	Var. (%)	outubro 2012	abril 2013 (p)	Var. (%)	outubro 2012	abril 2013 (p)	outubro 2012	abril 2013 (p)	outubro 2012	abril 2013 (p)	outubro 2012	abril 2013 (p)
			Total	1 406,7	1 405,3	-0,1	1 593,2	1 597,5	0,3	1 545,9	1 542,8	1 747,9	1 752,2	1 012,1	1 012,0
C+D+E+F	Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam., gestão de resíduos e despoluição; Construção	1 231,5	1 232,7	0,1	1 412,5	1 389,3	-1,6	1 261,0	1 268,9	1 414,1	1 393,7	1 111,7	1 100,1	1 406,1	1 373,1
H	Transportes e armazenagem	1 315,7	1 336,3	1,6	1 722,4	1 727,7	0,3	1 347,4	1 342,8	1 771,5	1 736,2	903,6	800,7	1 083,4	1 029,7
G+L+N+S	Comércio por grosso e a retalho; Ativ. imobiliárias; administrativas; Outras ativ. de serviços	1 109,0	1 115,1	0,6	1 282,2	1 288,9	0,5	1 319,6	1 382,5	1 524,0	1 608,9	1 100,4	1 104,0	1 272,3	1 275,7
J	Atividades de informação e de comunicação	1 515,9	1 482,3	-2,2	2 202,5	2 233,5	1,4	1 527,4	1 493,7	2 221,0	2 255,2	1 155,6	1 148,1	1 618,7	1 593,6
M	Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	1 651,7	1 661,3	0,6	1 858,8	1 870,7	0,6	1 705,9	1 716,2	1 917,8	1 931,6	999,9	818,9	1 148,8	937,3
O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	1 227,6	1 232,7	0,4	1 454,4	1 473,4	1,3	1 432,2	1 441,4	1 718,3	1 752,5	945,1	945,6	1 090,0	1 089,5
das quais:	Administração pública em geral, económica e social	1 113,6	1 114,0	0,0	1 263,9	1 267,4	0,3	1 595,8	1 584,5	1 762,2	1 765,0	944,8	945,3	1 089,4	1 089,1
das quais:	Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	1 393,8	1 409,4	1,1	1 734,5	1 781,9	2,7	1 393,8	1 409,5	1 734,7	1 782,1	1 308,7	1 292,6	1 519,7	1 516,4
das quais:	Atividades de segurança social obrigatória	1 164,3	1 167,4	0,3	1 324,4	1 340,5	1,2	1 193,7	1 195,5	1 352,6	1 372,0	945,4	952,1	1 114,5	1 098,8
P	Educação	1 656,9	1 641,1	-1,0	1 755,0	1 739,3	-0,9	1 672,9	1 655,7	1 770,7	1 752,3	1 476,4	1 472,1	1 577,3	1 590,3
das quais:	Educação pré-escolar, Ensino básico e secundário	1 570,1	1 559,4	-0,7	1 666,5	1 655,0	-0,7	1 578,9	1 567,3	1 674,9	1 660,6	1 484,1	1 480,1	1 584,7	1 598,8
das quais:	Ensino superior	2 253,3	2 180,6	-3,2	2 357,3	2 291,2	-2,8	2 253,3	2 180,6	2 357,3	2 291,2	-	-	-	-
das quais:	Outras atividades educativas	1 273,8	1 265,3	-0,7	1 419,4	1 406,6	-0,9	1 285,8	1 280,2	1 438,5	1 429,2	1 216,2	1 192,3	1 326,9	1 295,9
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	1 411,0	1 413,7	0,2	1 729,2	1 712,9	-0,9	1 419,3	1 421,1	1 735,6	1 721,8	1 234,9	1 252,5	1 593,7	1 520,4
das quais:	Atividades de saúde humana	1 520,6	1 524,5	0,3	1 908,6	1 876,8	-1,7	1 539,4	1 540,8	1 929,3	1 898,1	1 238,0	1 257,7	1 598,9	1 527,6
das quais:	Ativ. de apoio social com e sem alojamento	1 131,3	1 071,5	-5,3	1 271,4	1 206,7	-5,1	1 131,6	1 072,0	1 271,7	1 207,3	894,3	821,9	1 032,2	915,8
R	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas	1 107,0	1 149,0	3,8	1 260,2	1 322,6	5,0	1 307,7	1 372,4	1 454,9	1 547,0	853,6	877,1	1 014,5	1 049,3
das quais:	Ativ. de teatro, música, dança, outras artist. e literárias	1 369,6	1 512,2	10,4	1 626,2	1 795,5	10,4	1 652,5	1 809,5	1 963,6	2 155,7	933,0	993,5	1 105,4	1 167,2
das quais:	Ativ. das bibliot., arquivos, museus, outras ativ. culturais	1 185,8	1 211,3	2,2	1 279,1	1 327,8	3,8	1 189,3	1 214,2	1 277,2	1 323,6	1 157,0	1 190,9	1 294,4	1 358,2
das quais:	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	788,0	800,4	1,6	950,5	974,3	2,5	1 125,6	1 136,7	1 334,6	1 349,3	778,5	790,4	939,7	963,1

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013); DGAEP/DEEP

Nota: (p) dados provisórios

Gráfico 3.3 Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas administrações públicas, segundo a CAE - abril 2013

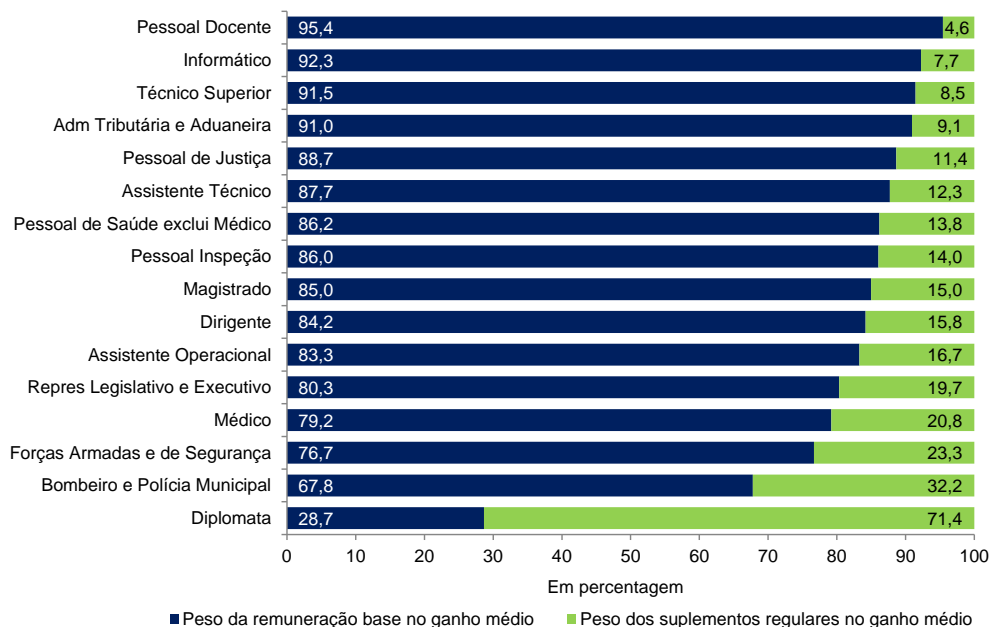


Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

No período de referência, o pessoal docente destaca-se pelo maior peso da remuneração base média relativamente ao ganho médio, 95,4%. Pelo contrário, para os diplomatas são os suplementos regulares que assumem a maior importância no ganho médio auferido mensalmente (71,4%). De salientar que no valor dos suplementos estão incluídos os montantes referentes a subsídio de refeição, outros suplementos regulares e remunerações por trabalho extraordinário (Gráfico 3.4).

Por comparação, os cargos, carreiras e grupos que revelam um maior peso de trabalhadores com habilitações ao nível do ensino superior apresentam também valores de remuneração de base mais elevados, em oposição aos trabalhadores inseridos em carreiras que exigem níveis de escolaridade de ensino básico e secundário (Gráfico 3.5).

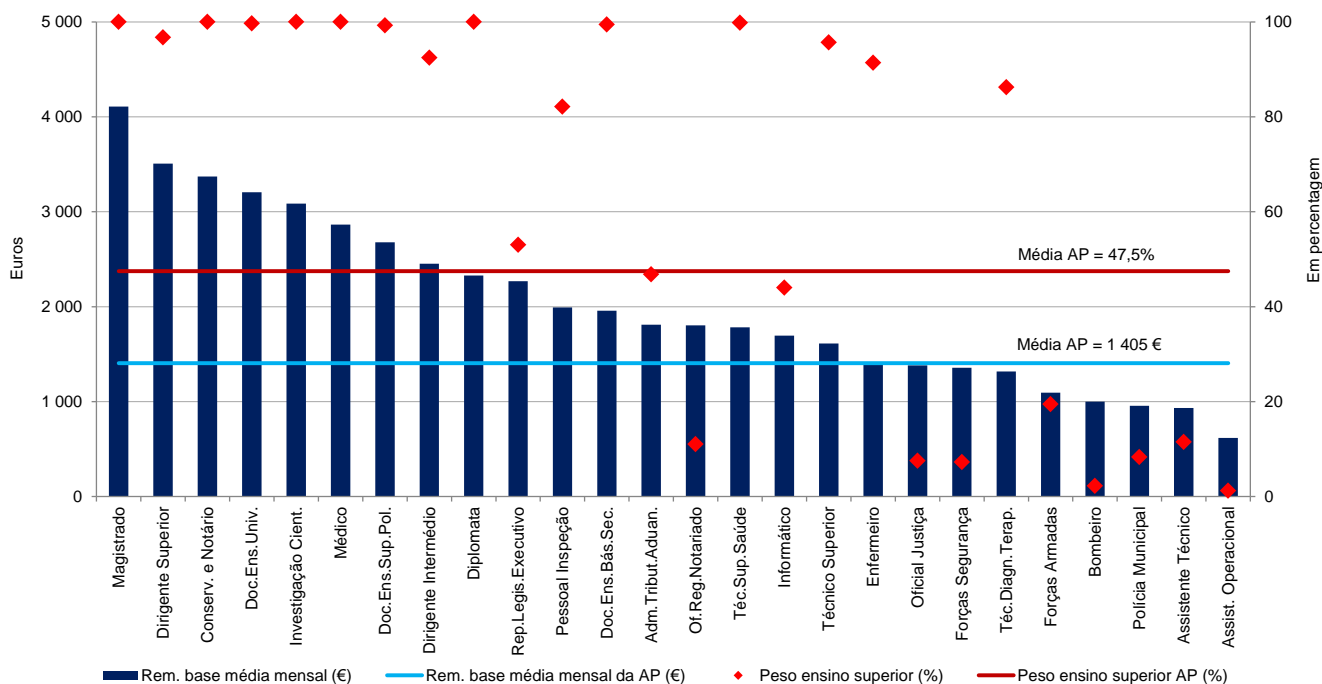
Gráfico 3.4 Estrutura do ganho médio mensal por cargo, carreira e grupo, abril 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Notas: Pessoal Docente: inclui docentes de todos os níveis de ensino e pessoal de investigação científica; Pessoal de Justiça: inclui conservador e notário, oficial de registos e notariado e oficial de justiça; Dirigente: inclui dirigentes superiores e intermédios de todos os graus; Repres. Legislativo e Executivo = representantes do poder legislativo e dos órgãos executivos

Gráfico 3.5 Comparação entre remuneração base média mensal e peso dos trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior por cargo, carreira e grupo nas administrações públicas, 2.º trimestre 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

4. Trabalhadores em situação de mobilidade especial

O número de trabalhadores em situação de mobilidade especial diminuiu 16,9% de 30 de junho de 2013 em relação a 31 de dezembro de 2007 (Quadro 4.1). Destes, 50,5% são mulheres (Quadro 4.2), cerca de 2/3 possuem habilitações escolares ao nível do ensino básico (62,7%) e aproximadamente 1/5 têm habilitações de nível superior (22,8%) (Gráfico 4.1). No que respeita à estrutura etária cerca de 78,6% dos trabalhadores têm 50 ou mais anos de idade (Gráfico 4.2).

Quadro 4.1 Pessoal em situação de mobilidade especial por ministério, 31 dez. 2007 a 30 junho 2013

Ministério	Trabalhadores em SME (N.º)						Variação face a 2007 (N.º)			
	31-dez-2007	30-jun-2009	30-jun-2010	30-jun-2011	30-jun-2012	30-jun-2013 (p)	jun 10 / dez 07	jun 11 / dez 07	jun 12 / dez 07	jun 13 / dez 07
Total	1 338	1 780	1 500	1 211	1 144	1 112	162	-127	-194	-226
Presidência do Conselho de Ministros	9	16	11	10	29	43	2	1	20	34
Ministério da Administração Interna	0	13	26	23	21	21	26	23	21	21
Min. da Agric. Mar, Ambiente e Orden. do Território	1 238	1 247	884	667	606	599	-354	-571	-632	-639
Ministério da Defesa Nacional	0	0	138	118	101	81	138	118	101	81
Ministério da Educação e Ciência	8	168	119	102	119	110	111	94	111	102
Ministério da Economia e do Emprego	16	33	50	25	25	15	34	9	9	-1
Ministério das Finanças	23	33	80	79	74	63	57	56	51	40
Ministério da Justiça	0	42	50	43	40	41	50	43	40	41
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	9	9	9	8	6	9	9	8	6
Ministério da Saúde	30	104	77	71	66	84	47	41	36	54
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	14	115	56	64	55	49	42	50	41	35

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios para 30-06-2013); Secretarias-Gerais dos Ministérios; DGAEP/DEEP

Gráfico 4.1 Distribuição dos trabalhadores em SME por níveis de escolaridade, 30 junho 2013

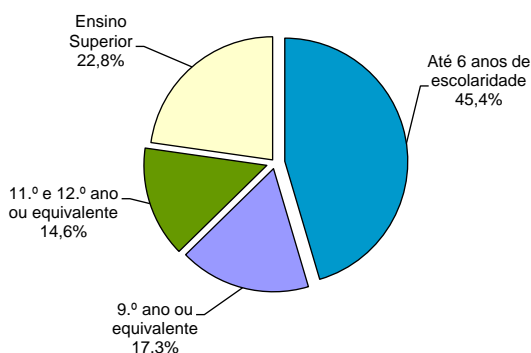
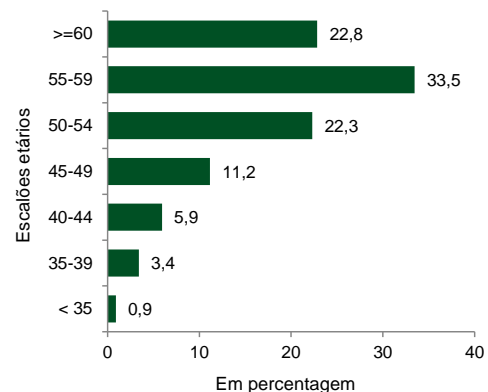


Gráfico 4.2 Estrutura etária dos trabalhadores em SME, 30 junho 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); Secretarias-Gerais dos Ministérios; DGAEP/DEEP

Quadro 4.2 Pessoal em SME por ministério e sexo, 30 junho 2011, 2012 e 2013

Ministério	Trabalhadores em situação de mobilidade especial (N.º)									Taxa de feminização		
	30-jun-2011			30-jun-2012			30-jun-2013 (p)			30-jun-2011	30-jun-2012	30-jun-2013 (p)
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	Em percentagem		
Total	593	618	1 211	559	585	1 144	550	562	1 112	51,0	51,1	50,5
Presidência do Conselho de Ministros	4	6	10	15	14	29	21	22	43	0,5	1,2	2,0
Ministério da Administração Interna	8	15	23	8	13	21	8	13	21	1,2	1,1	1,2
Min. da Agric. Mar, Ambiente e Orden. do Território	360	307	667	315	291	606	321	278	599	25,4	25,4	25,0
Ministério da Defesa Nacional	108	10	118	94	7	101	77	4	81	0,8	0,6	0,4
Ministério da Educação e Ciência	43	59	102	53	66	119	47	63	110	4,9	5,8	5,7
Ministério da Economia e do Emprego	6	19	25	5	20	25	3	12	15	1,6	1,8	1,1
Ministério das Finanças	22	57	79	25	49	74	24	39	63	4,7	4,3	3,5
Ministério da Justiça	9	34	43	10	30	40	12	29	41	2,8	2,6	2,6
Ministério dos Negócios Estrangeiros	3	6	9	3	5	8	3	3	6	0,5	0,4	0,3
Ministério da Saúde	24	47	71	24	42	66	27	57	84	3,9	3,7	5,1
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	6	58	64	7	48	55	7	42	49	4,8	4,2	3,8

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios para 30-06-2013); Secretarias-Gerais dos Ministérios; DGAEP/DEEP

II. ENTIDADES DO SECTOR PÚBLICO, EXCETO ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

5. Empresas públicas e demais entidades do sector público

A taxa de cobertura das entidades públicas é ainda variável conforme o subsector de administração detentor, sendo mais representativas as detidas pela administração regional da Madeira (100%) e a administração central (96,1%). Das entidades públicas detidas pela administração regional dos Açores apenas reportaram 14,8% do total de entidades.

De realçar que a estrutura do emprego por sexo nestas entidades, em 30 de junho de 2013, é maioritariamente feminina, exceto na administração local onde existem mais homens do que mulheres, 67,1% e 32,9%, respetivamente (Quadro 5.1 e Gráfico 5.1)

As remunerações nas sociedades financeiras detidas pela administração central e nas entidades detidas pela administração local apresentam uma variação positiva de 0,9%, entre outubro de 2012 e abril de 2013, contrariamente ao que sucedeu nas restantes entidades (Quadro 5.2). A remuneração base assume maior importância no ganho médio mensal comparado com o peso dos suplementos no mesmo indicador (Gráfico 5.2).

Quadro 5.1 Evolução do emprego nas empresas públicas e demais entidades públicas

	(*) Taxa de cobertura %	Emprego (N.º)						Variação					
		31-dez-2012			30-jun-2013			H		M		Total	
		H	M	Total	H	M	Total	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Empresas e demais entidades públicas:													
Detidas pela administração central	96,1	64 371	95 048	159 419	65 434	94 680	160 114	1 063	1,7	-368	-0,4	695	0,4
dês quais:													
Sociedades financeiras	89,1	6 348	7 814	14 162	7 716	8 600	16 316	1 368	21,6	786	10,1	2 154	15,2
Sociedades não financeiras	97,5	58 023	87 234	145 257	57 718	86 080	143 798	-305	-0,5	-1 154	-1,3	-1 459	-1,0
Detidas pela adm. regional dos Açores	14,8	759	2 325	3 084	762	2 319	3 081	3	0,4	-6	-0,3	-3	-0,1
Detidas pela adm. regional da Madeira	100,0	3 279	4 154	7 433	3 289	4 080	7 369	10	0,3	-74	-1,8	-64	-0,9
Detidas pela administração local	70,3	10 496	5 082	15 578	10 471	5 141	15 612	-25	-0,2	59	1,2	34	0,2

Quadro 5.2 Evolução das remunerações nas empresas públicas e demais entidades públicas

Unidade: euro	(*) Taxa de cobertura %	Remuneração base média mensal			Ganho médio mensal		
		outubro 2012	abril 2013	Var. %	outubro 2012	abril 2013	Var. %
Empresas e demais entidades públicas:							
Detidas pela administração central	96,1	1 321,6	1 330,8	0,7	1 767,6	1 742,3	-1,4
dês quais:							
Sociedades financeiras	89,1	1 616,0	1 579,8	-2,2	2 275,6	2 295,9	0,9
Sociedades não financeiras	97,5	1 292,9	1 302,3	0,7	1 718,0	1 678,8	-2,3
Detidas pela adm. regional dos Açores	14,8	1 330,3	1 228,8	-7,6	1 835,4	1 685,1	-8,2
Detidas pela adm. regional da Madeira	100,0	1 149,7	1 144,6	-0,5	1 504,5	1 452,3	-3,5
Detidas pela administração local	70,3	889,1	894,2	0,6	1 077,7	1 087,2	0,9

Fontes (Quadros 5.1 e 5.2): DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

(*) Taxa % correspondente ao n.º de entidades que reportaram informação relativamente ao n.º de entidades no universo a 30 junho 2013.

Gráfico 5.1 Estrutura do emprego nas empresas públicas e demais entidades públicas por sexo, 30 junho 2013

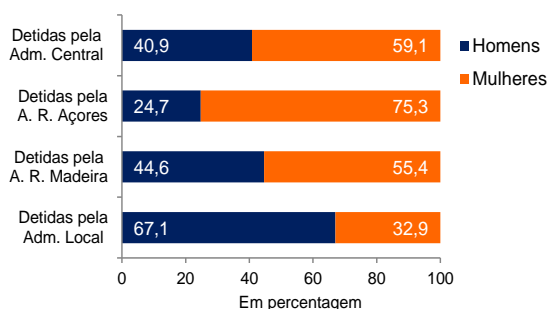
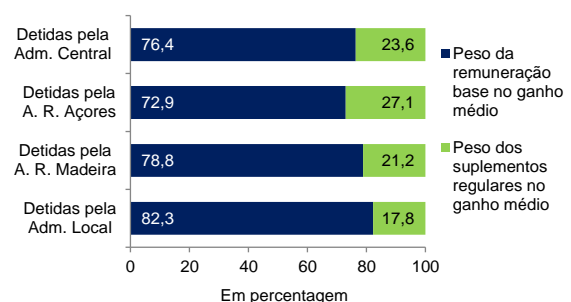


Gráfico 5.2 Estrutura do ganho médio mensal, abril 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

6. Estrutura etária nas empresas públicas e demais entidades do sector público

A 30 de junho 2013, 53,8% do total de trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central são assistentes técnicos/administrativos e assistentes operacionais/operários/auxiliares. Acima de 31% dos trabalhadores neste grupo de entidades têm entre 35 e 44 anos (Quadro 6.1): 35,2% nas sociedades financeiras e 30,7% nas sociedades não financeiras. Nas sociedades do sector público detidas pela administração regional da Madeira o escalão etário com maior frequência aumenta para os 45-54 anos (31,6%) (Gráfico 6.1).

Quadro 6.1 Estrutura etária dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2013

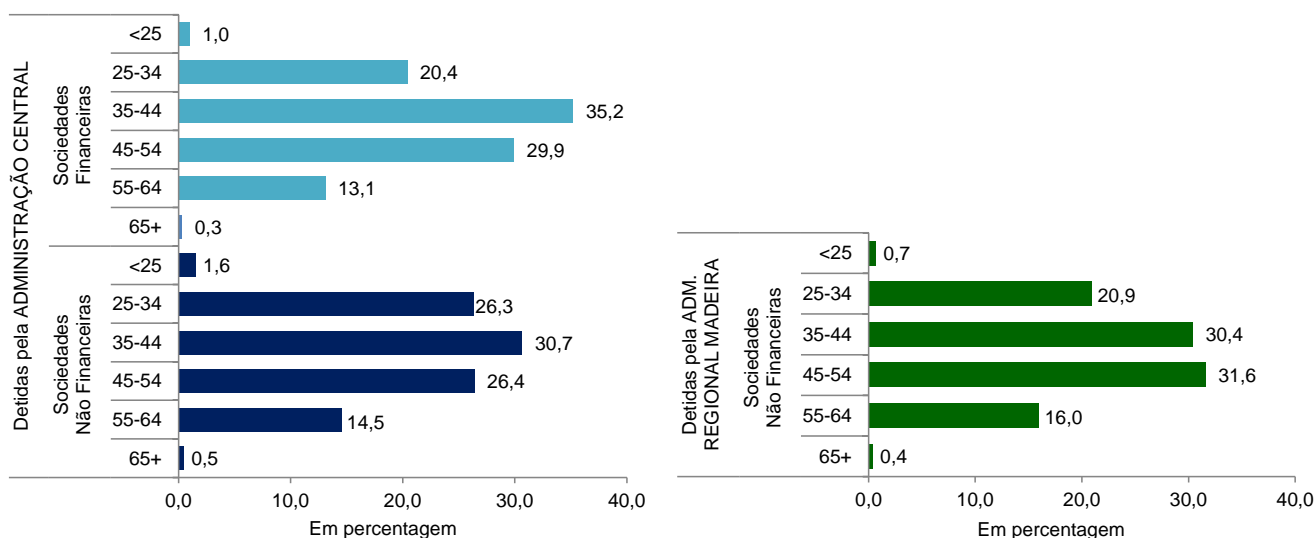
CARGO / CARREIRA / GRUPO	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								DETIDAS PELA A. R. DA MADEIRA							
	Total Emprego	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais	Total	Total Emprego	Até aos 24 anos	Dos 25 aos 34	Dos 35 aos 44	Dos 45 aos 54	Dos 55 aos 64	65 e mais	Total
Total	160 114	1,5	25,7	31,1	26,8	14,4	0,5	100,0	7 369	0,7	20,9	30,4	31,6	16,0	0,4	100,0
Dirigente superior	650	0,0	1,1	21,1	34,2	37,8	5,8	100,0	27	0,0	7,4	29,6	37,0	18,5	7,4	100,0
Dirigente intermédio	5 636	0,0	4,6	39,4	36,3	19,1	0,6	100,0	136	0,0	4,4	29,4	35,3	29,4	1,5	100,0
Técnico Superior	10 077	0,5	22,1	40,8	22,8	13,2	0,5	100,0	347	0,0	31,1	41,2	17,0	9,5	1,2	100,0
Assistente técnico/administrativo	36 570	1,0	20,2	34,4	28,7	15,4	0,3	100,0	1 141	0,9	16,4	29,5	35,1	18,0	0,1	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar	49 592	2,6	17,8	31,3	30,3	17,6	0,5	100,0	3 386	1,1	13,9	28,9	35,5	20,1	0,6	100,0
Informático	1 413	1,0	16,3	45,4	26,0	11,1	0,1	100,0	37	2,7	21,6	37,8	32,4	5,4	0,0	100,0
Pessoal de Investigação Científica	16	0,0	0,0	37,5	50,0	6,3	6,3	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-
Educ. Infância e Doc. E. Básico/Secund	96	0,0	11,5	20,8	50,0	17,7	0,0	100,0	6	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	100,0
Pessoal de Inspeção	41	0,0	0,0	51,2	36,6	12,2	0,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-
Médico	17 833	1,7	36,6	18,5	22,0	19,7	1,5	100,0	377	0,0	15,6	30,0	25,2	28,1	1,1	100,0
Enfermeiro	30 324	1,0	43,1	28,7	21,7	5,4	0,1	100,0	1 571	0,0	37,4	31,1	25,9	5,6	0,1	100,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	6 334	0,6	36,8	31,5	22,5	8,5	0,1	100,0	237	0,0	36,7	30,0	26,2	7,2	0,0	100,0
Técnico Superior de Saúde	1 109	0,1	19,6	40,3	27,0	12,8	0,3	100,0	98	0,0	27,6	46,9	24,5	1,0	0,0	100,0
Oficial dos Registos e do Notariado	3	0,0	0,0	0,0	33,3	66,7	0,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-
Forças Armadas	304	9,9	32,9	28,9	26,6	1,6	0,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-
Forças de segurança	6	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	100,0	6	0,0	0,0	0,0	66,7	33,3	0,0	100,0
Bombeiro	110	0,0	16,4	72,7	3,6	7,3	0,0	100,0	0	-	-	-	-	-	-	-

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Notas: - Inclui todas as E.P.E. da Saúde;

Dados referentes a: 270 das 281 entidades públicas detidas pela administração central (96,1% do universo); 22 entidades públicas detidas pela administração regional da Madeira (100,0% do universo). A baixa taxa de resposta completa relativa às entidades detidas pela administração regional dos Açores (14,8%) e pela administração local não possibilita a publicação dos dados com a qualidade exigida.

Gráfico 6.1 Estrutura etária nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central e pela administração regional da Madeira, 30 junho 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

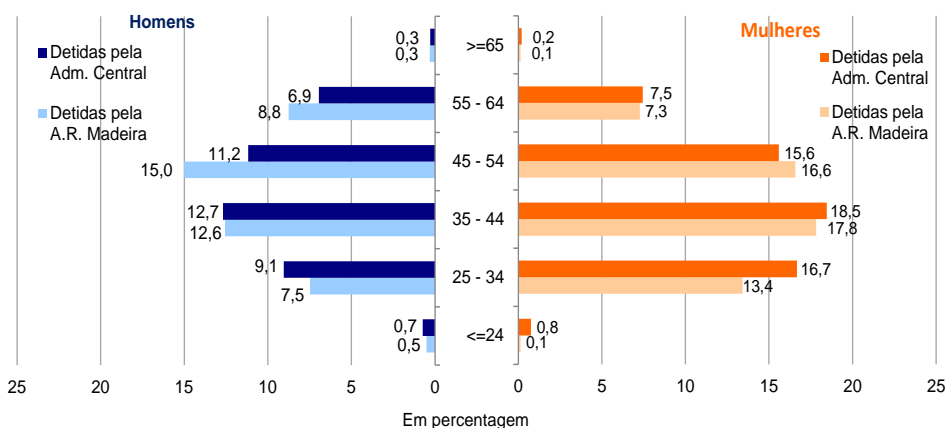
Quadro 6.2 Principais indicadores etários dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, 30 junho 2013

CARGO / CARREIRA / GRUPO	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				DETIDAS PELA ADM. REGIONAL DA MADEIRA			
	Idade média estimada	Escalão modal (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)	Idade média estimada	Escalão modal (em anos)	Índice de renovação (*)	Índice de juventude (*)
Total	42,2	[35-44]	85,4	76,5	43,8	[45-54]	49,8	58,0
Dirigente superior	52,3	[55-64]	1,2	7,3	48,8	[45-54]	0,0	17,4
Dirigente intermédio	46,6	[35-44]	2,6	27,7	48,8	[45-54]	2,5	21,4
Técnico Superior	42,2	[35-44]	50,1	83,0	40,3	[35-44]	78,8	137,7
Assistente técnico/administrativo	43,2	[35-44]	50,1	64,7	44,7	[45-54]	27,8	48,2
Assist. operacional/operário/auxiliar	43,9	[35-44]	50,9	55,9	45,7	[45-54]	28,7	37,9
Informático	42,5	[35-44]	47,1	68,8	41,6	[35-44]	100,0	60,9
Pessoal de Investigação Científica	48,1	[45-54]	0,0	0,0	-	-	-	-
Educ. Infância e Doc. E. Básico/Secund.	46,6	[45-54]	17,6	29,7	52,8	[45-54]	0,0	0,0
Pessoal de Inspeção	44,9	[35-44]	0,0	51,9	-	-	-	-
Médico	41,8	[25-34]	118,9	97,3	46,6	[35-44]	2,8	49,6
Enfermeiro	38,1	[25-34]	380,6	144,7	39,3	[25-34]	298,9	123,8
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	39,6	[25-34]	195,7	110,9	39,8	[25-34]	223,5	92,7
Técnico Superior de Saúde	42,9	[35-44]	37,3	74,9	39,9	[35-44]	300,0	117,8
Oficial dos Registos e do Notariado	55,3	[55-64]	0,0	0,0	-	-	-	-
Forças Armadas	37,4	[25-34]	1 600,0	120,3	-	-	-	-
Forças de segurança	44,5	[35-44]	-	100,0	52,8	[45-54]	0,0	0,0
Bombeiro	38,8	[35-44]	0,0	340,0	-	-	-	-

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Notas: (*) Em número índice, base = 100; a) ver Nota Quadro 6.1; b) “ - ” Valor sem expressão estatística dada a relação muito elevada entre o numerador e o denominador - Ver 12. Notas Técnicas relativas a conceitos

Gráfico 6.2 Pirâmide etária dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, 30 junho 2013

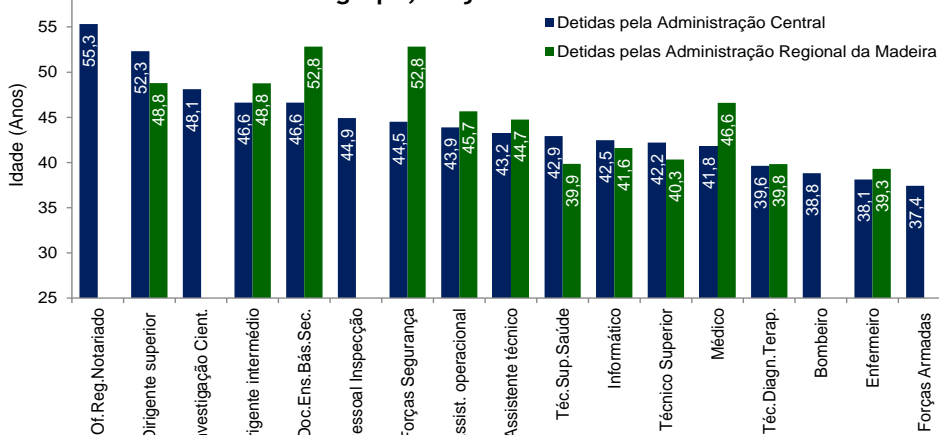


Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

No último dia do 2.º trimestre de 2013, a idade média estimada dos trabalhadores de empresas públicas e demais entidades públicas detidas pela administração central (42,2 anos) é inferior em 1,6 anos para o mesmo indicador na administração regional da Madeira (Quadro 6.2).

Nas entidades detidas pela administração central e administração regional da Madeira, não considerando as carreiras das Forças Armadas, os enfermeiros constituem o grupo com idade média mais baixa: respetivamente 38,1 e 39,3 anos (Gráfico 6.3).

Gráfico 6.3 Idade média dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas, por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

7. Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades do sector público

Em 30 de junho 2013, acima de 48% dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades detidas pela administração central têm nível de escolaridade de ensino superior, sendo 50,7% no sector das sociedades financeiras e 48,0% nas sociedades não financeiras. Este indicador apresenta um valor um pouco mais baixo nas empresas e demais entidades detidas pela administração regional da Madeira: 38,8% dos trabalhadores detêm qualificações de nível superior em contraponto com o número de trabalhadores que possuem habilitação de ensino básico (45,9%) (Quadro 7.1). De notar que do total de trabalhadores com ensino superior, nas entidades detidas pela administração central 68,6% são mulheres e 31,4% são homens, nas entidades detidas pela administração regional da Madeira 71,7% são mulheres e 28,3% homens. (Gráficos 7.1 e 7.2).

Quadro 7.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por sexo, 31 dezembro 2012 e 30 junho 2013

	31-dez-2012			30-junho-2013			Variação (N.º)			Variação (%)		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	64 371	95 048	159 419	65 434	94 680	160 114	1 063	-368	695	1,7	-0,4	0,4
Ensino básico	21 098	20 788	41 886	20 605	18 896	39 501	-493	-1 892	-2 385	-2,3	-9,1	-5,7
Ensino Secundário	19 477	22 060	41 537	20 539	22 818	43 357	1 062	758	1 820	5,5	3,4	4,4
Ensino Superior	23 796	52 200	75 996	24 290	52 966	77 256	494	766	1 260	2,1	1,5	1,7
Das quais:												
Sociedades Financeiras	6 348	7 814	14 162	7 716	8 600	16 316	1 368	786	2 154	21,6	10,1	15,2
Ensino básico	561	396	957	681	401	1 082	120	5	125	21,4	1,3	13,1
Ensino Secundário	3 025	2 885	5 910	3 755	3 201	6 956	730	316	1 046	24,1	11,0	17,7
Ensino Superior	2 762	4 533	7 295	3 280	4 998	8 278	518	465	983	18,8	10,3	13,5
Sociedades Não Financeiras	58 023	87 234	145 257	57 718	86 080	143 798	-305	-1 154	-1 459	-0,5	-1,3	-1,0
Ensino básico	20 537	20 392	40 929	19 924	18 495	38 419	-613	-1 897	-2 510	-3,0	-9,3	-6,1
Ensino Secundário	16 452	19 175	35 627	16 784	19 617	36 401	332	442	774	2,0	2,3	2,2
Ensino Superior	21 034	47 667	68 701	21 010	47 968	68 978	-24	301	277	-0,1	0,6	0,4
DETIDAS PELA A. R. DA MADEIRA	3 279	4 154	7 433	3 289	4 080	7 369	10	-74	-64	0,3	-1,8	-0,9
Ensino básico	2 034	1 364	3 398	2 056	1 330	3 386	22	-34	-12	1,1	-2,5	-0,4
Ensino Secundário	428	701	1 129	425	702	1 127	-3	1	-2	-0,7	0,1	-0,2
Ensino Superior	817	2 089	2 906	808	2 048	2 856	-9	-41	-50	-1,1	-2,0	-1,7

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Nota: ver Nota Quadro 6.1

Gráfico 7.1 Nível de escolaridade dos trabalhadores nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central e pela administração regional da Madeira, 30 junho 2013

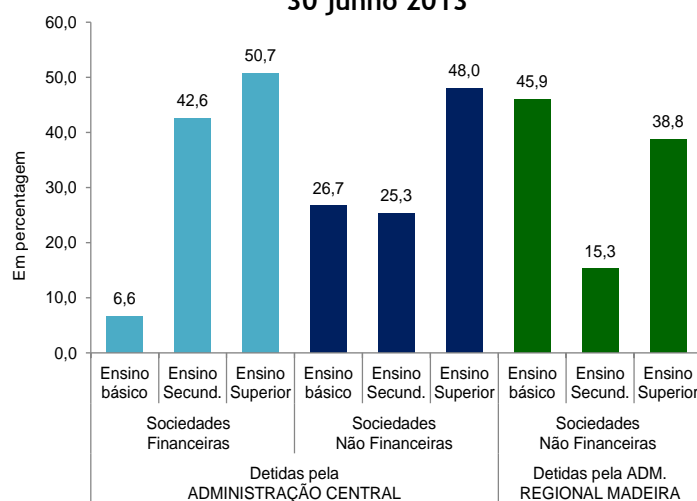
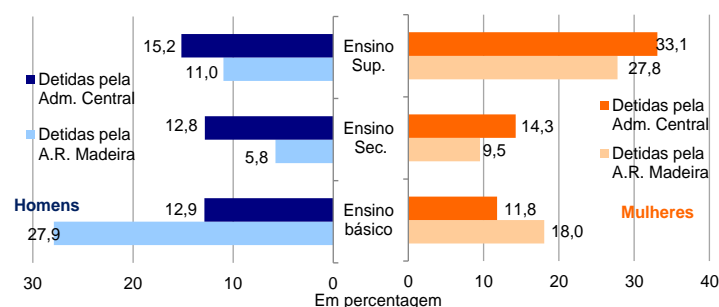


Gráfico 7.2 Estrutura por sexo do nível de escolaridade dos trabalhadores das entidades detidas pela administração central e pela administração regional da Madeira, 30 junho 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

As carreiras de técnico superior, médico e enfermeiro nas empresas públicas e demais entidades públicas detidas quer pela administração central quer pela administração regional da Madeira, são as que mais contribuem para os níveis de escolaridade de ensino superior significativos. O grupo de assistente operacional/operário/auxiliar (88,3% dos quais possui ensino básico) é o que mais contribui para que o nível de ensino básico dos trabalhadores na administração regional da Madeira seja elevado (45,9%) (Quadro 7.2). O peso de doutorados em relação aos restantes graus de habilitação de ensino superior é maior nos trabalhadores enquadrados na carreira de investigação científica na administração central (Gráficos 7.3 e 7.4).

Quadro 7.2 Nível de escolaridade dos trabalhadores em empresas públicas e demais entidades públicas por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2013

CARGO / CARREIRA / GRUPO	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL								DETIDAS PELA ADM. REGIONAL DA MADEIRA							
	Emprego				Estrutura (%)				Emprego				Estrutura (%)			
	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total	Ensino básico	Ensino secund.	Ensino superior	Total
Total	39 501	43 357	77 256	160 114	24,7	27,1	48,3	100,0	3 386	1 127	2 856	7 369	45,9	15,3	38,8	100,0
Dirigente superior	1	22	627	650	0,2	3,4	96,5	100,0	0	3	24	27	0,0	11,1	88,9	100,0
Dirigente intermédio	475	1 785	3 376	5 636	8,4	31,7	59,9	100,0	3	8	125	136	2,2	5,9	91,9	100,0
Técnico Superior	205	1 373	8 499	10 077	2,0	13,6	84,3	100,0	3	6	338	347	0,9	1,7	97,4	100,0
Assistente técnico/administrativo	5 377	21 363	9 830	36 570	14,7	58,4	26,9	100,0	384	705	52	1 141	33,7	61,8	4,6	100,0
Assist. operacional/operário/auxiliar	32 884	15 699	1 009	49 592	66,3	31,7	2,0	100,0	2 989	384	13	3 386	88,3	11,3	0,4	100,0
Informático	91	652	670	1 413	6,4	46,1	47,4	100,0	2	18	17	37	5,4	48,6	45,9	100,0
Pessoal de Investigação Científica	0	0	16	16	0,0	0,0	100,0	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0
Educ. Infância e Doc. E. Básico/Secund.	1	5	90	96	1,0	5,2	93,8	100,0	0	0	6	6	0,0	0,0	100,0	100,0
Pessoal de Inspeção	1	16	24	41	2,4	39,0	58,5	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0
Médico	0	0	17 833	17 833	0,0	0,0	100,0	100,0	0	0	377	377	0,0	0,0	100,0	100,0
Enfermeiro	226	1 692	28 406	30 324	0,7	5,6	93,7	100,0	0	0	1 571	1 571	0,0	0,0	100,0	100,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	125	559	5 650	6 334	2,0	8,8	89,2	100,0	1	1	235	237	0,4	0,4	99,2	100,0
Técnico Superior de Saúde	0	0	1 109	1 109	0,0	0,0	100,0	100,0	0	0	98	98	0,0	0,0	100,0	100,0
Oficial dos Registos e do Notariado	1	2	0	3	33,3	66,7	0,0	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0
Forças Armadas	97	98	109	304	31,9	32,2	35,9	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0
Forças de segurança	5	1	0	6	83,3	16,7	0,0	100,0	4	2	0	6	66,7	33,3	0,0	100,0
Bombeiro	12	90	8	110	10,9	81,8	7,3	100,0	0	0	0	0	-	-	-	0,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Nota: ver Nota Quadro 6.1

Gráfico 7.3 Distribuição por grau de escolaridade dos trabalhadores com habilitação de ensino superior, nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela administração central, 30 junho 2013

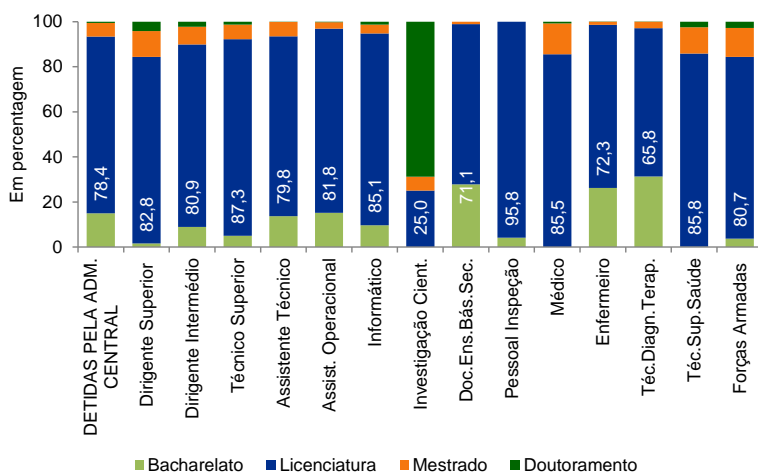
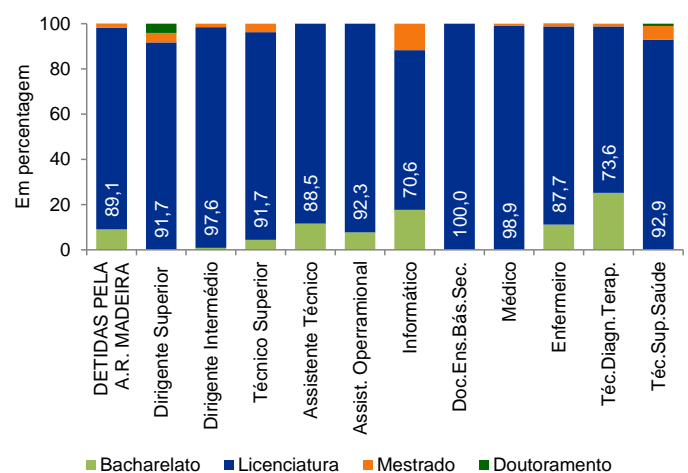


Gráfico 7.4 Distribuição por grau de escolaridade dos trabalhadores com habilitação de ensino superior, nas sociedades não financeiras detidas pela administração regional da Madeira, 30 junho 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

8. Remunerações dos trabalhadores nas empresas públicas e demais entidades do sector público

O emprego nas empresas públicas e demais entidades do sector público detidas pela administração central e pela administração regional da Madeira concentra-se nas “Atividades de Saúde Humana” (Secção Q), enquanto nas entidades detidas pela administração local perto de dois terços do emprego está afeto à atividade de “Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” (Secção E), correspondente aos serviços municipalizados. As remunerações e ganhos médios mensais dos trabalhadores destas entidades do sector público detidas pela administração central apresentam valores superiores aos restantes níveis de administração. Para tal contribuem as remunerações e os ganhos dos trabalhadores das entidades enquadradas nas atividades com maior peso de emprego: saúde, transportes e financeiras e seguros (Quadro 8.1 e Gráfico 8.1).

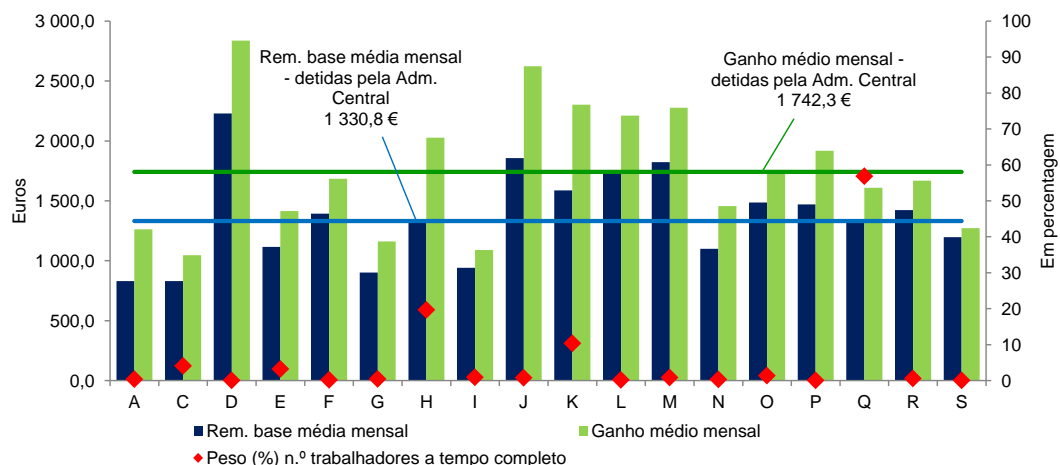
Quadro 8.1 Emprego, remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas públicas e demais entidades públicas por classificação de atividade económica (CAE rev.3), 2.º trimestre 2013

Secção	CAE rev.3	DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA				DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO LOCAL			
		30-jun-2013 (p)		abril 2013 (p)		30-jun-2013 (p)		abril 2013 (p)		30-jun-2013 (p)		abril 2013 (p)	
		Emprego		Remun. base média	Ganho médio	Emprego		Remun. base média	Ganho médio	Emprego		Remun. base média	Ganho médio
		N.º	Peso %	mensal (€)	mensal (€)	N.º	Peso %	mensal (€)	mensal (€)	N.º	Peso %	mensal (€)	mensal (€)
	Total	160 114	100,0	1 330,8	1 742,3	7 369	100,0	1 144,6	1 452,3	15 612	100,0	894,2	1 087,2
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	619	0,4	830,0	1 263,0	233	3,2	632,4	729,1	9	0,1	849,1	936,8
C	Indústrias transformadoras	6 463	4,0	830,5	1 046,0	0	0,0	-	-	29	0,2	618,6	729,8
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4	0,0	2 229,3	2 837,6	793	10,8	1 460,6	2 081,9	27	0,2	1 228,4	1 395,1
E	Captação, tratam. e distribuição de água; saneamento (*)	5 108	3,2	1 115,0	1 415,6	419	5,7	845,1	1 090,5	10 012	64,1	854,9	1 047,2
F	Construção	284	0,2	1 392,4	1 684,5	0	0,0	-	-	511	3,3	1 127,1	1 447,8
G	Comércio grosso e retalho; rep. veic. autom. e motociclos	743	0,5	902,3	1 161,5	275	3,7	658,6	801,1	0	0,0	-	-
H	Transportes e armazenagem	31 812	19,9	1 338,8	2 026,7	721	9,8	1 066,5	1 504,6	1 500	9,6	888,0	1 143,9
I	Alojamento, restauração e similares	1 430	0,9	941,3	1 089,3	0	0,0	-	-	105	0,7	860,5	972,7
J	Atividades de informação e de comunicação	1 260	0,8	1 856,9	2 623,2	10	0,1	647,1	834,8	72	0,5	1 272,6	1 358,1
K	Atividades financeiras e de seguros	16 387	10,2	1 586,9	2 301,9	0	0,0	-	-	0	0,0	-	-
L	Atividades imobiliárias	281	0,2	1 735,0	2 210,8	7	0,1	1 799,7	2 336,3	462	3,0	1 132,0	1 277,3
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1 417	0,9	1 822,5	2 276,9	117	1,6	1 430,6	1 653,1	634	4,1	1 265,5	1 409,6
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	465	0,3	1 098,8	1 456,6	0	0,0	-	-	227	1,5	681,6	812,4
O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	2 103	1,3	1 485,1	1 726,1	135	1,8	1 327,7	1 473,7	409	2,6	913,2	1 035,4
P	Educação	36	0,0	1 469,5	1 918,8	0	0,0	-	-	66	0,4	1 202,0	1 351,5
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	90 805	56,7	1 322,9	1 609,6	4 641	63,0	1 161,9	1 426,1	238	1,5	575,7	691,7
R	Atividades artísticas, espetáculos, desportivas e recreativas	886	0,6	1 422,1	1 668,9	18	0,2	1 456,1	1 595,9	1 254	8,0	871,8	1 053,9
S	Outras atividades de serviços	11	0,0	1 196,4	1 272,9	0	0,0	-	-	57	0,4	1 264,3	1 361,5

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Notas: (*) Secção E “Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição”; ver também Nota Quadro 6.1 para a administração regional dos Açores

Gráfico 8.1 Remuneração base média mensal e ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo em empresas públicas e demais entidades públicas, segundo a CAE rev.3, abril 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

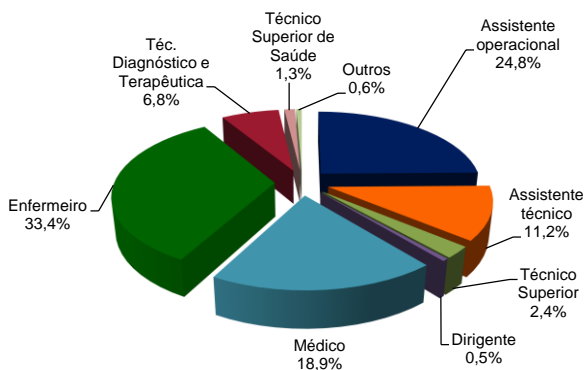
Se considerarmos a representatividade da carreira de médico no emprego nas entidades públicas empresariais da saúde detidas pelas administrações públicas (18,9%), depois dos enfermeiros que representam a maior percentagem de trabalhadores (33,4%), verifica-se que são os médicos quem auferem uma maior remuneração base média mensal, apresentando também a diferença mais significativa entre este valor e o ganho médio mensal (Quadro 8.2 e Gráfico 8.2). Numa análise por NUTS II das remunerações do pessoal de saúde, constata-se que a remuneração dos médicos é superior no Alentejo e que os técnicos superiores de saúde apresentam uma remuneração mais elevada nos Açores, com os enfermeiros e os técnicos de diagnóstico e terapêutica a registarem valores próximos nas diferentes regiões (Gráfico 8.3).

Quadro 8.2 Emprego, remuneração base e ganho médios mensais dos trabalhadores a tempo completo nas Entidades Públicas Empresariais (E.P.E.) da Saúde por cargo, carreira e grupo, 2.º trim. 2013

CARGO / CARREIRA / GRUPO	E.P.E. DA SAÚDE DETIDAS PELAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS				E.P.E. DA SAÚDE DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				E.P.E. DA SAÚDE DETIDAS PELA ADM. REGIONAL DOS AÇORES				E.P.E. DA SAÚDE DETIDAS PELA ADM. REGIONAL DA MADEIRA			
	30-jun-2013 (p)		abril 2013 (p)		30-jun-2013 (p)		abril 2013 (p)		30-jun-2013 (p)		abril 2013 (p)		30-jun-2013 (p)		abril 2013 (p)	
	Emprego	Remun. base média	Ganho médio	Emprego	Remun. base média	Ganho médio	Emprego	Remun. base média	Ganho médio	Emprego	Remun. base média	Ganho médio	Emprego	Remun. base média	Ganho médio	
N.º	Peso %	mensal (€)	mensal (€)	N.º	Peso %	mensal (€)	mensal (€)	N.º	Peso %	mensal (€)	mensal (€)	N.º	Peso %	mensal (€)	mensal (€)	
Total	98 283	100,0	1 312,4	1 603,5	90 665	100,0	1 322,7	1 609,3	2 977	100,0	1 236,6	1 704,9	4 641	100,0	1 161,9	1 426,1
Dirigente superior	191	0,2	3 379,2	4 531,9	184	0,2	3 313,1	4 490,7	7	0,2	5 117,1	5 613,7	0	0,0	-	-
Dirigente intermédio	334	0,3	2 853,7	3 711,0	243	0,3	2 873,7	3 439,7	15	0,5	3 520,0	3 642,3	76	1,6	2 663,4	4 541,8
Técnico Superior	2 390	2,4	1 647,6	1 830,3	2 189	2,4	1 656,1	1 837,7	89	3,0	1 619,8	1 923,8	112	2,4	1 502,9	1 613,3
Assistente técnico/administrativo	11 031	11,2	815,9	928,0	10 113	11,2	811,6	923,2	342	11,5	860,5	1 025,6	576	12,4	864,2	953,1
Assist. operacional/operário/auxiliar	24 339	24,8	578,7	696,5	21 859	24,1	575,6	691,5	924	31,0	633,2	829,2	1 556	33,5	590,5	686,4
Informático	487	0,5	1 483,4	1 864,7	436	0,5	1 461,8	1 858,2	19	0,6	1 658,3	1 959,3	32	0,7	1 669,4	1 897,0
Pessoal de Investigação Científica	15	0,0	2 731,6	2 878,1	15	0,0	2 731,6	2 878,1	0	0,0	-	-	0	0,0	-	-
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	106	0,1	1 871,5	1 974,8	96	0,1	1 833,2	1 924,5	4	0,1	1 860,2	2 257,1	6	0,1	2 359,5	2 446,2
Médico	18 617	18,9	2 499,9	3 371,6	17 811	19,6	2 495,8	3 335,7	429	14,4	2 532,5	3 908,2	377	8,1	2 652,5	4 413,2
Enfermeiro	32 812	33,4	1 315,5	1 500,2	30 305	33,4	1 318,2	1 497,3	936	31,4	1 240,5	1 745,4	1 571	33,9	1 307,0	1 407,9
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	6 724	6,8	1 235,0	1 404,2	6 303	7,0	1 229,0	1 396,3	184	6,2	1 330,8	1 612,2	237	5,1	1 321,6	1 457,1
Técnico Superior de Saúde	1 235	1,3	1 814,3	2 074,3	1 109	1,2	1 812,1	2 080,3	28	0,9	2 134,4	2 550,8	98	2,1	1 752,3	1 880,6
Polícia de Segurança Pública	2	0,0	1 234,8	2 084,5	2	0,0	1 234,8	2 084,5	0	0,0	-	-	0	0,0	-	-

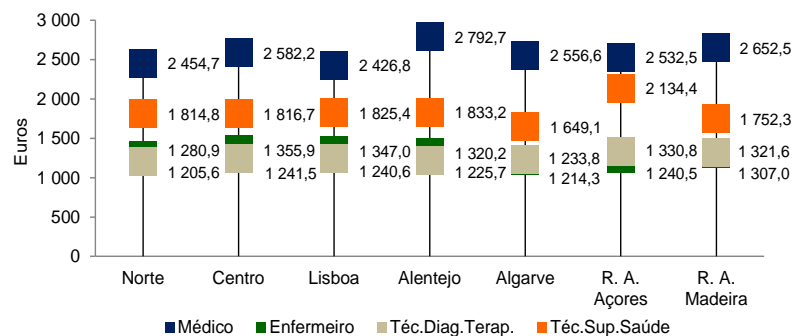
Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Gráfico 8.2. Estrutura do emprego nas E.P.E. da Saúde detidas pelas administrações públicas por cargo, carreira e grupo, 30 junho 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Gráfico 8.3. Remuneração base média mensal do pessoal de saúde nas E.P.E da Saúde detidas pelas administrações públicas por NUTS II, abril 2013



Quadro 8.3 Evolução do emprego, remuneração e ganho médio mensal nas E.P.E. da Saúde detidas pelas administrações públicas por NUTS II, face a 31 dezembro 2012

NUTS II	Emprego		Estrutura		Variação		Remun. base média mensal			Ganho médio mensal		
	31 dez 2012	30 jun 2013	dez-12	jun-13	N.º	%	outubro 2012	abril 2013	Variação %	outubro 2012	abril 2013	Variação %
Portugal	98 940	98 283	100,00	100,00	-657	-0,7	1 313,5	1 312,4	-0,1	1 662,6	1 603,5	-3,6
Norte	31 190	31 059	31,5	31,6	-131	-0,4	1 322,1	1 321,1	-0,1	1 683,9	1 621,1	-3,7
Centro	20 476	20 248	20,7	20,6	-228	-1,1	1 343,6	1 354,0	0,8	1 738,5	1 676,7	-3,6
Lisboa	28 594	28 489	28,9	29,0	-105	-0,4	1 317,2	1 320,5	0,3	1 607,8	1 566,6	-2,6
Alentejo	7 051	6 981	7,1	7,1	-70	-1,0	1 302,2	1 304,9	0,2	1 670,8	1 629,3	-2,5
Algarve	3 911	3 888	4,0	4,0	-23	-0,6	1 215,8	1 218,4	0,2	1 479,4	1 439,9	-2,7
R. A. Açores	2 985	2 977	3,0	3,0	-8	-0,3	1 342,5	1 236,6	-7,9	1 861,3	1 704,9	-8,4
R. A. Madeira	4 733	4 641	4,8	4,7	-92	-1,9	1 180,5	1 161,9	-1,6	1 527,6	1 426,1	-6,7

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

III. OUTROS INDICADORES

9. Distribuição geográfica do emprego nas atividades de educação e saúde

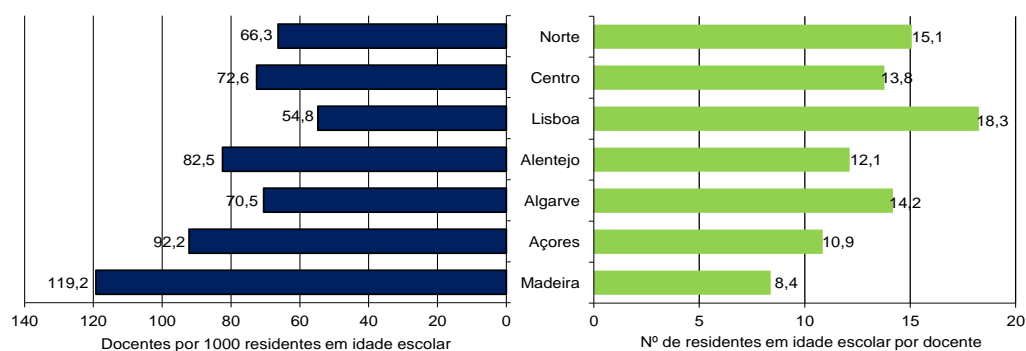
A maior concentração geográfica de estabelecimentos de educação do ensino básico e secundário públicos situa-se no Norte, onde se regista também, em média, o maior número de docentes por estabelecimento (151,6). O rácio de pessoal docente de ensino básico e secundário relativamente à população residente em idade escolar apresenta o maior valor em Lisboa (18,3) em oposição à Região Autónoma da Madeira que regista um valor de 8,4 para o mesmo indicador (Quadro 9.1 e Gráfico 9.1).

Quadro 9.1 Distribuição geográfica por NUTS I, II e III do emprego em estabelecimentos de educação e ensino públicos, 30 junho 2013

NUTS II e III	Estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário						Estabelecimentos ensino superior		
	N.º de Estabelec.	Educ. Infância e Docente do Ens. Básico e Secundário	Média docentes por estabelec.	Total Emprego nos estab. (*)	Dimensão Média dos estabelec.	População residente 3-18 anos por docente	Investigad. e Docentes do Ensino Universitário	Docentes do Ensino Superior Politécnico	Emprego nos estab. Ens. Sup.
	(1)	(2)	(3)=(2)/(1)	(4)	(5)=(4)/(1)	(6)	(7)	(8)	(9)
Portugal	948	134 140	141,5	191 808	202,3	14,8	14 359	9 094	35 227
Continente	867	122 532	141,3	175 187	202,1	15,3	13 941	9 036	34 366
Norte	303	45 922	151,6	66 404	219,2	15,1	4 048	2 614	9 924
Minho-Lima	26	3 172	122,0	4 805	184,8	-	0	333	439
Cávado	33	5 248	159,0	7 360	223,0	-	787	241	1 587
Ave	42	6 105	145,4	8 854	210,8	-	403	0	494
Grande Porto	86	14 692	170,8	20 442	237,7	-	2 365	1 433	5 647
Tâmega	51	7 661	150,2	11 432	224,2	-	0	88	103
Entre Douro e Vouga	21	3 287	156,5	4 814	229,2	-	0	0	0
Douro	24	2 884	120,2	4 417	184,0	-	490	68	991
Alto Trás-os-Montes	20	2 873	143,7	4 280	214,0	-	3	451	663
Centro	210	29 142	138,8	42 406	201,9	13,8	3 049	3 153	9 293
Baixo Vouga	32	4 931	154,1	6 782	211,9	-	782	228	1 503
Baixo Mondego	25	3 818	152,7	5 355	214,2	-	1 581	794	3 697
Pinhal Litoral	19	2 985	157,1	4 185	220,3	-	6	648	921
Pinhal Interior Norte	19	1 764	92,8	2 675	140,8	-	0	33	46
Dão-Lafões	27	4 133	153,1	6 415	237,6	-	0	392	581
Pinhal Interior Sul	5	469	93,8	698	139,6	-	0	0	0
Serra da Estrela	4	589	147,3	914	228,5	-	0	0	0
Beira Interior Norte	11	1 411	128,3	2 263	205,7	-	0	234	361
Beira Interior Sul	10	941	94,1	1 437	143,7	-	0	355	589
Cova da Beira	12	1 143	95,3	1 710	142,5	-	680	0	951
Oeste	27	4 231	156,7	6 036	223,6	-	0	232	276
Médio Tejo	19	2 727	143,5	3 936	207,2	-	0	237	368
Lisboa	212	31 200	147,2	41 811	197,2	18,3	5 889	2 152	11 868
Grande Lisboa	141	21 773	154,4	29 118	206,5	-	5 354	1 604	10 456
Península de Setúbal	71	9 427	132,8	12 693	178,8	-	535	548	1 412
Alentejo	98	10 148	103,6	15 168	154,8	12,1	590	756	2 146
Alentejo Litoral	16	1 254	78,4	1 997	124,8	-	0	0	0
Alto Alentejo	21	1 666	79,3	2 413	114,9	-	0	208	331
Alentejo Central	21	2 295	109,3	3 445	164,0	-	590	35	1 010
Baixo Alentejo	18	1 855	103,1	2 798	155,4	-	0	224	353
Lezíria do Tejo	22	3 078	139,9	4 515	205,2	-	0	289	452
Algarve	44	6 120	139,1	9 398	213,6	14,2	365	361	1 135
Região Autónoma dos Açores	40	5 220	130,5	7 340	183,5	10,9	236	46	508
Região Autónoma da Madeira	41	6 388	155,8	9 281	226,4	8,4	182	12	353

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); INE - Inquérito ao Emprego 2.º T 2013 e Censos 2011; DGAEP/DEEP; Ver 12. Notas Técnicas
Nota: (*) total do emprego nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário públicos; “ - ”: dados não disponíveis para NUTS III.

Gráfico 9.1 Docentes em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário em comparação com o número de residentes em idade escolar por NUTS II, 30 junho 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); INE - Inquérito ao Emprego 2.º T 2013 e Censos 2011; DGAEP/DEEP

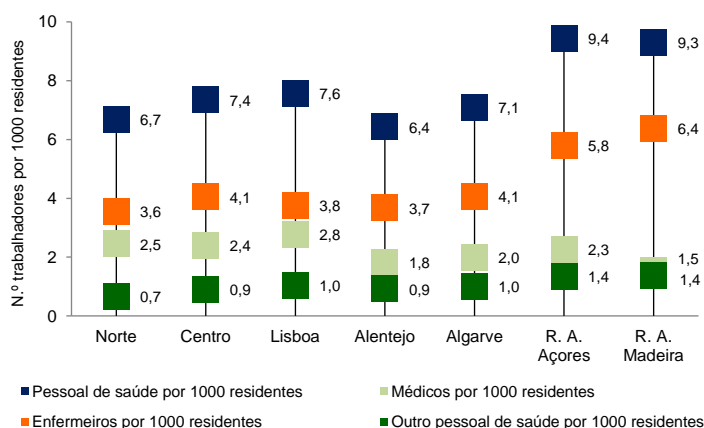
No território português, os estabelecimentos de saúde com maior dimensão média em termos de emprego encontram-se em Lisboa (462,6 trabalhadores por estabelecimento). A distribuição por NUTS II do rácio do pessoal de saúde por mil residentes é relativamente uniforme no continente, variando entre 6,4 (no Alentejo) e 7,6 (em Lisboa) trabalhadores das carreiras da saúde por mil residentes (Quadro 9.2 e Gráficos 9.2 e 9.3).

Quadro 9.2 Distribuição geográfica por NUTS II e III do emprego em estabelecimentos hospitalares públicos e centros de saúde, 30 junho 2013

	Estabelec. (N.º)	Médicos	Enfermeiros	Técnicos de diagnóstico e terapêutica	Técnicos superiores de saúde	Total pessoal de saúde	Total emprego saúde (*)	N.º médio pessoal de saúde por estabelec.	Dimensão Média dos estabelec.	Pessoal de saúde por 1000 residentes	Emprego saúde (*) por 1000 residentes
NUTS II e III	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2)+(3)+(4)+(5)	(7)	(8)=(6)/(1)	(9)=(7)/(1)	(10)	(11)
Portugal	496	25 596	40 671	7 763	1 540	75 570	124 585	152,4	251,2	7,2	11,9
Continente	455	24 661	37 669	7 228	1 407	70 965	115 298	156,0	253,4	7,1	11,5
Norte	158	9 018	13 095	2 032	433	24 578	39 126	155,6	247,6	6,7	10,6
Minho-Lima	14	518	835	111	37	1 501	2 452	107,2	175,1	-	-
Cávado	13	382	551	41	15	989	1 634	76,1	125,7	-	-
Ave	16	899	1 383	211	36	2 529	3 953	158,1	247,1	-	-
Grande Porto	45	5 144	6 881	1 135	242	13 402	20 590	297,8	457,6	-	-
Tâmega	21	639	910	108	15	1 672	2 841	79,6	135,3	-	-
Entre Douro e Vouga	8	543	729	113	22	1 407	2 340	175,9	292,5	-	-
Douro	23	524	1 049	174	35	1 782	3 005	77,5	130,7	-	-
Alto Trás-os-Montes	18	369	757	139	31	1 296	2 311	72,0	128,4	-	-
Centro	136	5 613	9 458	1 725	362	17 158	27 968	126,2	205,7	7,4	12,0
Baixo Vouga	16	622	978	137	32	1 769	2 824	110,6	176,5	-	-
Baixo Mondego	20	2 315	3 485	678	170	6 648	10 424	332,4	521,2	-	-
Pinhal Litoral	8	458	759	112	21	1 350	2 152	168,8	269,0	-	-
Pinhal Interior Norte	15	111	130	25	4	270	515	18,0	34,3	-	-
Dão-Lafões	19	646	989	178	30	1 843	2 905	97,0	152,9	-	-
Pinhal Interior Sul	6	25	51	7	2	85	156	14,2	26,0	-	-
Serra da Estrela	3	37	48	7	2	94	164	31,3	54,7	-	-
Beira Interior Norte	10	213	509	97	26	845	1 392	84,5	139,2	-	-
Beira Interior Sul	6	170	407	70	17	664	1 118	110,7	186,3	-	-
Cova da Beira	5	207	470	94	7	778	1 465	155,6	293,0	-	-
Oeste	15	483	817	152	19	1 471	2 501	98,1	166,7	-	-
Médio Tejo	13	326	815	168	32	1 341	2 352	103,2	180,9	-	-
Lisboa	75	7 817	10 643	2 508	460	21 428	34 696	285,7	462,6	7,6	12,3
Grande Lisboa	53	6 226	8 105	1 977	414	16 722	26 925	315,5	508,0	-	-
Península de Setúbal	22	1 591	2 538	531	46	4 706	7 771	213,9	353,2	-	-
Alentejo	65	1 338	2 689	597	78	4 702	8 277	72,3	127,3	6,4	11,3
Alentejo Litoral	6	105	313	69	9	496	839	82,7	139,8	-	-
Alto Alentejo	17	226	540	129	6	901	1 666	53,0	98,0	-	-
Alentejo Central	15	402	636	143	13	1 194	2 008	79,6	133,9	-	-
Baixo Alentejo	14	237	533	122	35	927	1 689	66,2	120,6	-	-
Lezíria do Tejo	13	368	667	134	15	1 184	2 075	91,1	159,6	-	-
Algarve	21	875	1 784	366	74	3 099	5 231	147,6	249,1	7,1	12,0
R. A. dos Açores	20	558	1 431	298	35	2 322	4 646	116,1	232,3	9,4	18,9
R. A. da Madeira	21	377	1 571	237	98	2 283	4 641	108,7	221,0	9,3	18,9

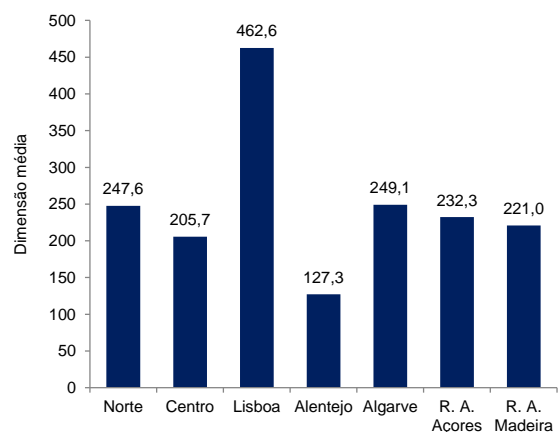
Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); INE - Inquérito ao Emprego 2.º T 2013 e Censos 2011; DGAEP/DEEP; Ver 12. Notas Técnicas
Nota: Inclui Entidades Públicas Empresariais; (*) total do emprego nos estabelecimentos de saúde; " - ": dados não disponíveis para NUTS III.

Gráfico 9.2 Pessoal de saúde por 1000 habitantes por NUTS II, 30 junho 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

Gráfico 9.3 Dimensão média dos estabelecimentos de saúde por NUTS II, 30 junho 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

10. Distribuição geográfica do emprego nos municípios

A 30 de junho 2013, as câmaras municipais apresentam uma dimensão média em termos de emprego de 326,0 trabalhadores, valor com um máximo na Grande Lisboa e mínimos no Douro e na Região Autónoma dos Açores (Quadro 10.1). A taxa de variação homóloga do emprego nas câmaras municipais fixou-se em -3,3% (Quadro 10.2).

Quadro 10.1 Distribuição geográfica por NUTS I, II e III do emprego em câmaras municipais, 30 junho 2013

NUTS II e III	Câmaras Municipais (N.º)	Rep. poder legislativo e órgãos executivos	Dirigente	Técnico Superior	Informát.	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Polícia Municipal	Bombeiro	Outro Pessoal	Total Emprego	Dimensão média CM	Emp CM por 1000 residentes
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(11)/(1)	(13)
Portugal	308	1 195	2 675	17 259	1 381	23 553	50 850	1 181	2 158	142	100 394	326,0	9,6
Continente	278	1 099	2 523	16 845	1 314	22 462	47 150	1 153	1 947	142	94 635	340,4	9,5
Norte	86	355	824	4 562	413	6 263	14 006	514	480	37	27 454	319,2	7,5
Minho-Lima	10	36	70	372	39	550	1 255	0	60	0	2 382	238,2	-
Cávado	6	27	76	376	31	508	1 144	47	94	12	2 315	385,8	-
Ave	8	43	102	552	45	746	1 442	117	0	2	3 049	381,1	-
Grande Porto	9	54	263	1 484	158	2 001	4 084	261	325	16	8 646	960,7	-
Tâmega	15	57	110	580	38	882	2 225	80	0	2	3 974	264,9	-
Entre Douro e Vouga	5	24	56	390	23	377	770	0	0	0	1 640	328,0	-
Douro	19	65	67	413	39	591	1 423	0	1	1	2 600	136,8	-
Alto Trás-os-Montes	14	49	80	395	40	608	1 663	9	0	4	2 848	203,4	-
Centro	100	369	522	3 566	295	4 987	10 964	78	276	5	21 062	210,6	9,0
Baixo Vouga	12	49	101	502	48	676	1 257	12	0	0	2 645	220,4	-
Baixo Mondego	8	32	88	556	34	693	1 259	44	136	0	2 842	355,3	-
Pinhal Litoral	5	23	53	250	16	397	653	0	59	0	1 451	290,2	-
Pinhal Interior Norte	14	50	21	306	16	414	1 116	8	0	2	1 933	138,1	-
Dão-Lafões	15	56	46	376	41	616	1 673	14	39	0	2 861	190,7	-
Pinhal Interior Sul	5	15	7	125	11	131	439	0	0	2	730	146,0	-
Serra da Estrela	3	9	8	79	4	97	306	0	0	0	503	167,7	-
Beira Interior Norte	9	27	24	320	22	339	853	0	0	1	1 586	176,2	-
Beira Interior Sul	4	17	20	103	8	155	381	0	0	0	684	171,0	-
Cova da Beira	3	8	18	114	14	170	301	0	0	0	625	208,3	-
Oeste	12	44	70	478	38	748	1 654	0	2	0	3 034	252,8	-
Médio Tejo	10	39	66	357	43	551	1 072	0	40	0	2 168	216,8	-
Lisboa	18	107	751	5 782	343	6 537	11 293	553	937	67	26 370	1 465,0	9,3
Grande Lisboa	9	58	460	4 435	256	4 388	7 011	553	830	52	18 043	2 004,8	-
Península de Setúbal	9	49	291	1 347	87	2 149	4 282	0	107	15	8 327	925,2	-
Alentejo	58	204	249	1 805	173	2 970	7 584	0	73	9	13 067	225,3	17,9
Alentejo Litoral	5	19	59	282	31	511	1 079	0	0	1	1 982	396,4	-
Alto Alentejo	15	46	38	298	27	518	1 424	0	0	0	2 351	156,7	-
Alentejo Central	14	49	57	438	43	653	2 016	0	0	3	3 259	232,8	-
Baixo Alentejo	13	43	47	384	36	601	1 763	0	0	1	2 875	221,2	-
Lezíria do Tejo	11	47	48	403	36	687	1 302	0	73	4	2 600	236,4	-
Algarve	16	64	177	1 130	90	1 705	3 303	8	181	24	6 682	417,6	15,3
R. A. Açores	19	53	60	192	34	539	1 717	28	0	0	2 623	138,1	10,7
R. A. Madeira	11	43	92	222	33	552	1 983	0	211	0	3 136	285,1	12,8

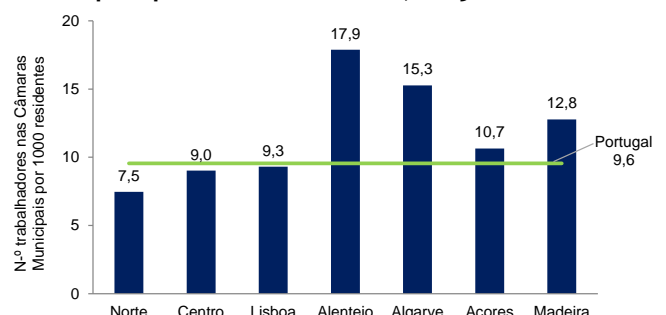
Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); INE - Inquérito ao Emprego 2.º T 2012 e Censos 2011; DGAEP/DEEP; Ver 12. Notas Técnicas
Nota: “ - ”: dados não disponíveis para NUTS III.

Quadro 10.2 Evolução do emprego nas câmaras municipais por NUTS II, 30 junho 2012 e 2013

NUTS II	N.º Câmaras	30 jun 2012	30 jun 2013 (p)	Variação	
				N.º	%
Portugal	308	103 764	100 394	-3 370	-3,3
Norte	86	28 198	27 454	-744	-2,6
Centro	100	21 798	21 062	-736	-3,4
Lisboa	18	27 403	26 370	-1 033	-3,8
Alentejo	58	13 496	13 067	-429	-3,2
Algarve	16	7 047	6 682	-365	-5,2
Região Autónoma dos Açores	19	2 648	2 623	-25	-0,9
Região Autónoma da Madeira	11	3 174	3 136	-38	-1,2

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios para 30-06-2013); DGAEP/DEEP

Gráfico 10.1 Número de trabalhadores nas câmaras municipais por 1000 residentes, 30 junho 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

11. Prestações de serviços em entidades de administração direta e indireta

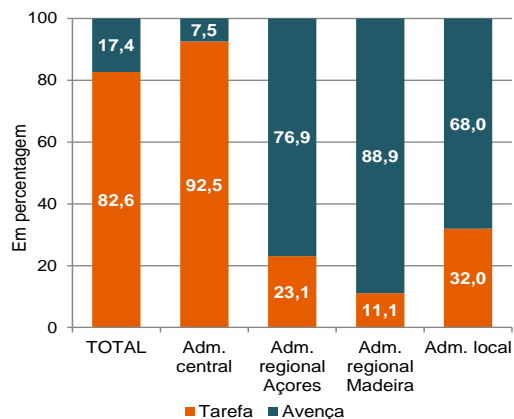
Quadro 11.1 Prestações de serviços por nível de administração, 31 dezembro 2012 e 30 junho 2013

	Distribuição das prestações de serviços segundo a modalidade (N.º)									1.º sem. 2013 (6 meses)				
	31-dez-2012			30-jun-2013 (p)			Estrutura (%)		Variação 30jun13 / 31dez12		Distribuição das prestações serviços (N.º)			Estrutura (%)
	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total	dez-12	jun-13	N.º	%	Tarefa	Avença	Total	
TOTAL (*)	9 310	4 952	14 262	16 156	4 686	20 842	100,0	100,0	6 580	-46,1	24 347	5 119	29 466	100,0
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	8 240	1 883	10 123	15 266	1 769	17 035	71,0	81,7	6 912	68,3	22 825	1 847	24 672	83,7
Órgãos de Soberania e Entidades Independentes	9	17	26	9	15	24	0,3	0,1	-2	-7,7	12	15	27	0,1
Presidência do Conselho de Ministros	297	83	380	337	79	416	3,8	2,4	36	9,5	342	83	425	1,7
Ministério da Administração Interna	16	109	125	16	114	130	1,2	0,8	5	4,0	18	115	133	0,5
Min. da Agric, Mar, Ambiente e Orden. do Território	24	44	68	22	49	71	0,7	0,4	3	4,4	23	49	72	0,3
Ministério da Defesa Nacional	10	69	79	0	51	51	0,8	0,3	-28	-35,4	0	51	51	0,2
Ministério da Educação e Ciência	811	375	1 186	612	357	969	11,7	5,7	-217	-18,3	1 020	399	1 419	5,8
Ministério da Economia e do Emprego	6 611	391	7 002	13 800	309	14 109	69,2	82,8	7 107	101,5	20 273	322	20 595	83,5
Ministério das Finanças	5	32	37	8	34	42	0,4	0,3	5	13,5	8	34	42	0,2
Ministério da Justiça	105	321	426	114	314	428	4,2	2,5	2	0,5	152	321	473	1,9
Ministério dos Negócios Estrangeiros	82	32	114	79	40	119	1,1	0,7	5	4,4	83	44	127	0,5
Ministério da Saúde	269	92	361	268	68	336	3,6	2,0	-25	-6,9	893	71	964	3,9
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social	1	318	319	1	339	340	3,2	2,0	21	6,6	1	343	344	1,4
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL (*)	1 070	3 069	4 139	890	2 917	3 807	29,0	18,3	-332	-8,0	1 522	3 272	4 794	16,3
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES (RAA)	38	98	136	22	79	101	1,0	0,5	-35	-25,7	24	80	104	0,4
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (RAM)	4	7	11	1	6	7	0,1	0,0	-4	-36,4	1	8	9	0,0
ADMINISTRAÇÃO LOCAL (*)	1 028	2 964	3 992	867	2 832	3 699	28,0	17,8	-293	-7,3	1 497	3 184	4 681	15,9
Municípios	335	1 663	1 998	482	1 620	2 102	50,1	56,8	104	5,2	822	1 799	2 621	56,0
Freguesias	693	1 301	1 994	385	1 212	1 597	50,0	43,2	-397	-19,9	675	1 385	2 060	44,0

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios para 30-06-2013); DGAEP/DEEP

Notas: (*) Administração local: dados provisórios; inclui administração direta e indireta; não inclui sector empresarial, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Serviços Municipalizados e outros Serviços Autónomos da Administração Autónoma

Gráfico 11.1 Estrutura das prestações de serviços por modalidade, 1.º semestre 2013



Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios); DGAEP/DEEP

No primeiro semestre de 2013, assistiu-se a um acentuado crescimento de 46,1% nas prestações de serviços. Este aumento é particularmente acentuado no Ministério da Economia e do Emprego devido ao aumento do número de contratos de tarefa no Instituto de Emprego e Formação Profissional (Quadro 11.1). No período em apreço, 82,6% dos contratos de prestações de serviços nas administrações públicas foram celebrados na modalidade de tarefa (Gráfico 11.1). Apenas 7,0% dos prestadores de serviços exercem a sua atividade em entidades não enquadradas na administração pública, defesa e segurança social obrigatória (Secção O) (Quadro 11.2).

Quadro 11.2 Prestações de serviços por atividade económica, 31 dezembro 2012 e 30 junho 2013

CAE rev.3	Distribuição das prestações de serviços segundo a modalidade (N.º)						Estrutura (%)	
	31-dez-2012			30-jun-2013 (p)			dez-12	jun-13
	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total		
Total	9 310	4 952	14 262	16 156	4 686	20 842	100,0	100,0
J+K+ Atividades de informação e de comunicação, financeiras e de seguros; consultoria; científicas e técnicas; e artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	7	23	30	5	23	28	0,2	0,1
O Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória	8 171	4 454	12 625	15 174	4 214	19 388	88,5	93,0
P Educação	862	345	1 207	715	364	1 079	8,5	5,2
Q Atividades de saúde humana e apoio social	270	130	400	262	85	347	2,8	1,7

Fontes: DGAEP-SIOE (dados disponíveis em 01-08-2013 e provisórios para 30-06-2013); DGAEP/DEEP

Nota: ver Notas Quadro 11.1

12. NOTAS TÉCNICAS

NOTAS SOBRE O UNIVERSO E FONTES

Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE): instituído pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, tem por objetivo a caracterização de entidades públicas e dos respetivos recursos humanos com vista a habilitar os órgãos de governo próprios com a informação indispensável para definição das políticas de organização do Estado e da gestão dos recursos humanos. Constam do SIOE todos os serviços integrados, serviços e fundos autónomos, Regiões Autónomas, autarquias locais e outras entidades que integrem o universo das administrações públicas em contas nacionais. A recolha de dados trimestrais/semestrais por recenseamento, dirigido às entidades que constituem o universo das administrações públicas no território nacional, possibilita a disponibilização de resultados trimestrais, semestrais e anuais relativos ao emprego público no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho. A informação é obtida por recolha *online*.

Capítulo I - Administrações públicas em contas nacionais

Administrações públicas: do ponto de vista estatístico, de acordo com o Sistema de Contas Nacionais (SEC 95 aprovado e publicado pelo Eurostat), o sector das administrações públicas compreende todas as unidades institucionais cuja função principal consiste em produzir outros bens e serviços não mercantis destinados ao consumo individual e coletivo e/ou em efetuar operações de redistribuição do rendimento e da riqueza nacional.

Aplicação no contexto das publicações do DEEP: Para efeitos das estatísticas do emprego público, o **sector das Administrações Públicas** compreende as entidades incluídas nos seguintes subsectores, de acordo com o universo 2012 definido pelo INE/DCN:

Quadro 12.1 Subsectores do sector das Administrações Públicas

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Estado	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta Geral do Estado (correspondente aos Serviços Integrados)	
	Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados	
	Fundos de Segurança Social	Inclui todas as unidades institucionais centrais cuja atividade principal consiste em conceder prestações sociais	
	Instituições Sem Fim Lucrativo (ISFL)	Agrupam as ISFL que exercem essencialmente atividades não mercantis e são controladas e financiadas maioritariamente pela administração central	
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	Administrações regionais dos Açores e da Madeira	Órgãos do Governo Regional	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta dos Governos Regionais
		Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados
		Fundos de Segurança Social	Inclui todas as unidades institucionais regionais cuja atividade principal consiste em conceder prestações sociais
	Administração local	Distritos	Assembleias distritais
		Municípios	Câmaras municipais
		Freguesias	Juntas de freguesia
		Serviços Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados
		Instituições Sem Fim Lucrativo (ISFL)	Agrupam as ISFL que exercem essencialmente atividades não mercantis e são controladas e financiadas maioritariamente pela administração local

Fontes: INE, IP (2009); Regulamento (CEE) n.º 2223/96 do Conselho, de 25-06-96 - JO L 310 de 30-11-1996; §2.68 e seguintes; OCDE (2009c)

Capítulo II - Entidades do sector público exceto administrações públicas - inclui sociedades financeiras públicas e sociedades não financeiras públicas

O sector público compreende, para além do sector das administrações públicas tratado no capítulo I, os subsectores das sociedades financeiras públicas e sociedades não financeiras públicas (entidades com estatuto de empresas públicas, bem como as sociedades e quasi-sociedades controladas ou maioritariamente financiadas por unidades das administrações públicas, incluindo o banco central) Quadro 12.2.

Quadro 12.2 Componentes do Sector Público

Sector das Administrações Públicas	Administração Central Administração Regional e Local Fundos de Segurança Social (das Administrações Central e Regionais)
Subsector das Sociedades Financeiras Públicas	Instituições Financeiras Monetárias Públicas (inclui Banco Central) Outros Intermediários Financeiros e Auxiliares Financeiros Públicos
Subsector das Sociedades Não Financeiras Públicas	Sociedades Não Financeiras Públicas detidas pela Administração Central Sociedades Não Financeiras Públicas detidas pela Administração Regional dos Açores Sociedades Não Financeiras Públicas detidas pela Administração Regional da Madeira Sociedades Não Financeiras Públicas detidas pela Administração Local

Fonte: Regulamento (CEE) n.º 2223/96 do Conselho, de 25-06-96 - JO L 310 de 30-11-1996; §2.68 e seguintes; OCDE (2009c)

Dados sobre emprego nas administrações públicas: DGAEP - Síntese Estatística do Emprego Público - [SIEP 2.º trimestre 2013](#).

Dados sobre mercado de trabalho: INE - Inquérito ao emprego 2.º trimestre de 2013 (Hiperligação: <http://www.ine.pt/>).

Dados sobre remunerações e PIB:

INE - Contas Trimestrais por Sector Institucional - 2.º trimestre de 2013 (nova série, com ano base 2006). O valor do trimestre é igual à soma dos quatro trimestres do ano, correspondendo ao ano acabado no trimestre. (Hiperligação: <http://www.ine.pt/>)

EUROSTAT - Contas Trimestrais por Sector Institucional (Quarterly non-financial accounts for general government); Contas Nacionais - PIB e principais componentes (Annual national accounts - GDP and main components - current prices); UE e AE - 1.º trimestre de 2013

(Hiperligação: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database).

População ativa 2.º trimestre de 2013: Idade média estimada a partir de INE - Inquérito ao emprego 2.º trimestre de 2013 e dos Censos 2011 (Hiperligação: <http://www.ine.pt/>).

População residente 2.º trimestre de 2013: Estrutura etária estimada a partir de INE - Inquérito ao emprego 2.º trimestre de 2013 e dos Censos 2011 (Hiperligação: <http://www.ine.pt/>).

TRATAMENTO E VALIDAÇÃO DOS DADOS

1. A validação da informação reportada no SIOE é efetuada através dos seguintes procedimentos para todos os níveis das administrações públicas para as diferentes variáveis de recolha:

- Análise da evolução temporal dos resultados - estudo de tendência no trimestre/semestre/homólogo;
- Controlo de *outliers* - análise/validação dos valores anómalos registados; e,
- Contacto de entidades no sentido de obter os dados em falta ou correções necessárias.

2. A estimação da informação em falta ou incompleta no SIOE foi feita com os dados do trimestre/semestre seguinte mais próximo por substituição. Especificamente para os subsectores da administração local, no 2.º trimestre de 2013:

Distritos: das 18 entidades 9 não reportaram dados no SIOE. Das 9 respostas ajustou-se o emprego e remunerações para 1 entidade.

Municípios: de um universo de 308 entidades estimou-se emprego e remunerações para 2 municípios.

Freguesias: de um universo de 4 259 juntas de freguesia foi estimado emprego e remunerações para 725 entidades.

Serviços Autónomos da Administração Local: das 252 entidades foram feitos ajustamentos no emprego e remunerações para 46 entidades.

Instituições sem Fim Lucrativo da Administração Local: de um universo de 88 entidades estimou-se o emprego e remunerações para 22 entidades.

CONCEITOS

Atividade económica: Resultado da combinação dos fatores produtivos (mão de obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos fatores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a atividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).

Idade média estimada - Recolha de dados é feita em escalões de 5 anos. A idade média estimada resulta do ponto médio dos escalões etários ponderado pelo número de trabalhadores em cada um dos escalões.

Índice de juventude dos trabalhadores das administrações públicas, por aplicação de índice de juventude da população em idade ativa - Relação entre a metade mais jovem e a metade mais idosa dos trabalhadores das administrações públicas, definida como o quociente entre o número de trabalhadores com idades inferiores aos 39 anos e o número de trabalhadores com idades iguais ou superiores aos 40 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) trabalhadores com 40 ou mais anos).

Índice de renovação dos trabalhadores das administrações públicas, por aplicação de índice de renovação da população em idade ativa - Relação entre os trabalhadores que potencialmente estão a entrar e os que estão a sair das administrações públicas, definida como o quociente entre o número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de trabalhadores com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) trabalhadores com 55-64 anos).

Nível de tecnicidade = N.º de trabalhadores com nível de escolaridade de ensino superior / Total de trabalhadores X 100.

Período normal de trabalho: número de horas de trabalho semanal em vigor na entidade pública para a respetiva categoria profissional, fixado ou autorizado por lei ou fixado no Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho ou no Contrato de Trabalho, período para além do qual o trabalho é pago como extraordinário/suplementar. Na mesma entidade pode haver diferentes períodos normais de trabalho.

Prestação de serviços: Contrato de prestação de serviços sujeito ao regime previsto no artigo 35º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. Pode assumir uma das seguintes modalidades: a) Tarefa - quando tem por objeto a execução de trabalhos específicos, de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido; b) Avença - quando tem por objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal e com retribuição certa mensal. Os contratos de tarefa e de avença não consubstanciam uma relação jurídica de emprego público.

Remuneração mensal base: montante líquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago com caráter regular e garantido aos trabalhadores no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

Remuneração ganho médio mensal: remuneração base, prémios, subsídios ou suplementos regulares e remuneração por trabalho suplementar.

Taxa de feminização = N.º de mulheres / Total de trabalhadores X 100.

Ver também *Glossário de Termos Estatísticos* ([Hiperligação: Glossário de termos estatísticos](#)).

CLASSIFICAÇÕES

Classificação Internacional Normalizada da Educação, ISCED 1997, UNESCO - é uma classificação de objetivos múltiplos, utilizada no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, para fins de reporte estatístico internacional (Deliberação n.º 1772 do CSE, de 1 de julho de 2008). A correspondência desta classificação com os dados recolhidos e indicadores publicados no BOEP é a seguinte:

ISCED 97	Sistema Educativo (Lei n.º 49/2005 de 2005 de 30 de Agosto)
0 e 1	Educação Pré -Escolar
	Ensino Básico 1.º Ciclo
	Ensino Básico 2.º Ciclo
2	Ensino Básico 3.º Ciclo
3 e 4	Ensino Secundário
	Ensino Pós — Secundário
5B	Ensino Superior — Bacharelato
5A1	Ensino Superior — Licenciatura
5A2	Ensino Superior — Mestrado
6	Ensino Superior — Doutoramento

Classificação portuguesa das atividades económicas (CAE ver. 3) - V00554 - Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3 (deliberação n.º 327 do CSE, de 19 de março de 2007. Publicação final pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro). Atividade económica resultante da atribuição da CAE rev. 3 à atividade principal da entidade pública principal e dependente do nível de agregação dos dados recolhidos e disponibilizados pelo SIOE.

Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos - V00034, de 2002 (Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio de 2003, publicado no JOCE L 154, de 21 de junho de 2003). Revisão da NUTS, reconversão da codificação nacional e harmonização com a usada pelo Eurostat.

ABREVIATURAS E SINAIS CONVENCIONAIS

Países da União Europeia (UE):

AE-17: Alemanha; Áustria; Bélgica; Chipre; Eslováquia; Eslovénia; Espanha; Estónia; Finlândia; França; Grécia; Irlanda; Itália; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Portugal.

UE-27: AE-17; Bulgária; Dinamarca; Hungria; Letónia; Lituânia; Polónia; Reino Unido; República Checa; Roménia; Suécia.

AC - Administração Central

Adm. - Administração/Administrações

AE - Área do Euro

AL - Administração Local

AP - Administrações Públicas

Bachar. - Bacharelato

BDAP - Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública de 2005

CAE - Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3

Dez. - Dezembro

DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público

DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais

EPE - Entidade Pública Empresarial

Equiv. - Equivalente

EUROSTAT - Departamento de Estatística da União Europeia, integrado na Comissão Europeia

H - Homens

INE/DCN - Instituto Nacional de Estatística/Departamento de Contas Nacionais

ISCED - Classificação Internacional Normalizada da Educação

Jun. - Junho

Licenc. - Licenciado

M - Mulheres

Out. - Outubro

PIB - Produto Interno Bruto

p - Provisório

p.p. - Pontos Percentuais

RAA - Região Autónoma dos Açores

RAM - Região Autónoma da Madeira

SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado

SME - Situação de Mobilidade Especial

T - Total

UE - União Europeia

NOTA: Por razões de arredondamento, a soma das parcelas pode não corresponder ao total.